

**SESSÃO 2 - MOVIMENTOS JUVENIS, ASSISTÊNCIA
E ACESSO A DIREITOS**

JUVENTUDE E POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: OS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS CONTRIBUEM PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL OU PERPETUAM A LÓGICA DA OCUPAÇÃO DO TEMPO?

Ana Flávia de Sales Costa
Doutoranda em Psicologia
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
anaflaviasalescosta@gmail.com

O tema juventude tem sido amplamente debatido no campo das políticas públicas, e entre elas, o da assistência social. Há uma crescente preocupação com a violência urbana que atinge os jovens, especialmente homens, negros e pobres; o uso e tráfico de drogas ilícitas e o desemprego (JACCOUD, 2009). Estes têm sido considerados os problemas e as vulnerabilidades sociais máximas dos jovens na atualidade, divulgados pela mídia e destacados nas pautas das políticas públicas destinadas a este grupo populacional. (CASTRO e ABRAMOVAY, 2002).

Se, por um lado, há a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para a juventude, capazes de buscar medidas de enfrentamento e esforços de superação das situações de desemprego, de violência urbana, de envolvimento com o tráfico e com uso de drogas, por outro, há uma carência de diagnósticos, de estudos e de avaliações sobre as intervenções já em curso. (JACCOUD, 2009). A discussão a seguir insere-se no debate sobre as ações do Estado para o enfrentamento das dificuldades vividas pelos jovens brasileiros, e tem como objetivo compreender as relações estabelecidas entre os mesmos e as ações preventivas no campo da assistência social.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos desenvolvem-se nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), compondo o rol de políticas públicas de assistência social, como parte da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tais serviços abrangem pessoas de 0 a 17 e acima de 60 anos; tendo cada município a liberdade para investir nas faixas etárias julgadas prioritárias de acordo a realidade local. (BRASIL, 2013). A formação dos grupos é flexível, permitindo várias possibilidades de composição em função da idade, organizando a oferta conforme os interesses dos participantes e as características do município. (BRASIL, 2013).

Entre as faixas etárias prioritárias estão os jovens entre 15 e 17 anos, anteriormente atendidos pelo Projovem Adolescente, nomenclatura utilizada até o ano de 2012. O atendimento aos jovens no campo da assistência social no que se refere às ações preventivas tem por finalidade fortalecer os vínculos familiares e comunitários e estimular o desenvolvimento integral dos participantes, através de atividades socioeducativas. (BRASIL, 2009).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos destinado ao público entre 15 e 17 anos possui duas formas de inclusão. Na primeira, os interessados são membros

de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. (BRASIL, 2013a). Uma segunda forma de atendimento abrange os participantes encaminhados pelo Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e pelos serviços de Proteção Social Especial. São aqueles que cumpriram medida socioeducativa de internação ou cumprem medidas em meio aberto, por exemplo, a prestação de serviço comunitário (PSC) e, ainda, os egressos ou em cumprimento de medidas protetivas, como o acolhimento institucional ou em família acolhedora, entre outros. Pode-se perceber uma definição de um público alvo em função de vulnerabilidades associadas à renda e/ou a vínculos sociais.

As reflexões apresentadas são um recorte de minha dissertação de mestrado realizada através de uma pesquisa documental e de campo em Prudente de Moraes(MG), localizado na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, a 53 km da capital de Minas Gerais, sendo considerado de pequeno porte I¹.

A pesquisa empírica compôs-se de estudo de caso do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Prudente de Moraes (MG) destinado ao público entre 15 e 17 anos, na época ainda denominado Projovem Adolescente, em função de estar num momento de transição. Foram coletadas informações nos documentos locais e realizadas entrevistas com oito adolescentes participantes². (COSTA, 2014).

JOVENS COMO PRIORIDADE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: LÓGICA DOS DIREITOS OU DA OCUPAÇÃO DO TEMPO?

Fazendo um breve retorno ao histórico de construção das políticas públicas, foi identificada, na década de 50, a inclusão dos jovens no processo de modernização através das políticas educativas. O Estado investiu na admissão de crianças e adolescentes no ensino primário e médio e passou a definir, formular e realizar tais ações. (KERBAUY, 2005). Na América Latina, havia um incentivo a iniciativas de ocupação do tempo livre com o objetivo de evitar a delinquência, através da boa utilização deste. As políticas públicas eram orientadas por uma lógica desenvolvimentista através de investimentos em educação, profissionalização e ocupação do tempo.

Já na década de 60, influenciados pela revolução cubana e pelas críticas à intervenção norte-americana no Vietnã, os jovens de classe média entraram em cena, através de sua participação em movimentos estudantis contrários aos sistemas políticos vigentes, buscando uma transformação mais radical da sociedade. O Estado por sua vez, reagiu com uma contra política ofensiva e violenta de controle policial e supressão desses grupos. (KERBAUY, 2005).

Nos anos 80, surgiu uma imagem estereotipada de jovens individualistas, consumistas, conservadores e apáticos. Ainda assim, conforme Kerbauy (2005), o Estado manteve a sua postura controladora, especialmente em relação aos grupos urbanos e de classes populares

1 Municípios de pequeno porte I são aqueles com população de até 20.000 habitantes (BRASIL, 2004).

2 Os nomes utilizados são fictícios.

(as gangues juvenis, os *punks* e as “galeras”), vítimas do empobrecimento geral da população latina. Houve uma associação causal entre juventude, drogas e violência e multiplicaram-se as proposições normativas para disciplinar esta relação, criando-se várias políticas de compensação social, direcionadas para os jovens pobres que tinham condutas delinquentes.

Nos anos 90, começaram a ser implantados programas de promoção da juventude, nos quais foram investidos recursos financeiros significativos, especialmente ligados à reforma do ensino médio, a prevenção das doenças em adolescentes, a capacitação para o trabalho e, mais recentemente, de prevenção e tratamento da violência juvenil, bem como iniciativas de segurança e convivência cidadã. (RODRÍGUEZ, 2000).

Além da preocupação com a delinquência, os jovens tornaram-se foco das políticas públicas pelo temor de uma explosão demográfica. O nível de fecundidade da população jovem e seu comportamento sexual, atrelado ao padrão de nupcialidade deste segmento, tornaram-se objeto de análise. Surgiu, então, uma política de controle social destinada aos adolescentes, mulheres e outros segmentos marginalizados. (CAMARANO ET AL, 2004).

O Estado, objetivando controlar os comportamentos desviantes e a sexualidade juvenil, adotou a perspectiva dos jovens como um problema social, ou seja, um “*estado de coisas*” e não como sujeitos políticos, como atores passíveis de participação, entendimento e diálogo. (RUA apud CAMARANO ET AL, 2004; SPOSITO; CORROCHANO, 2005). Constituiu-se, ao longo dos anos, uma fragilidade ou ausência de políticas públicas capazes de atribuir a tal público um recorte afirmativo de identidade.

No Brasil, através de uma intensa mobilização de setores da sociedade, envolvidos diretamente no atendimento e na defesa da infância, da adolescência e da juventude, durante os anos 80, as políticas públicas e os ordenamentos jurídicos encaparam a concepção de direitos, modificando a compreensão de tais períodos da vida. (SANTOS, 2004; SIERRA; MESQUITA, 2006; MENEZES; COSTA, 2012). Estas passaram de uma visão limitada de atendimento aos abandonados e ao “menor infrator” para a defesa de direitos, expressa na Constituição de 1988 (BRASIL, 2010) e leis posteriores.

Os estudiosos e formuladores de políticas públicas passaram a perceber os jovens como sujeitos de direitos, desencadeando uma série de ações, programas e projetos para estes segmentos, principalmente para aqueles considerados em risco social. (CAMARANO ET AL, 2004; ABRAMO, 2008). A discussão sobre a juventude passou a pautar-se na lógica da defesa dos direitos, em especial de parcelas específicas da população tomadas como mais vulneráveis.

O Estatuto da Juventude, lei mais recente, previu, em seu artigo 3º, que a família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público estão obrigados a assegurar aos jovens a efetivação do direito: à vida; à cidadania e à participação social e política; à liberdade, ao respeito e à dignidade; à igualdade racial e de gênero; à saúde e à sexualidade; à educação; à representação juvenil; à cultura; ao desporto e ao lazer; à profissionalização, ao trabalho e à renda e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. (BRASIL, 2013b).

Porém, apesar dos avanços legais, os jovens pobres, em sua maioria negros, continuam sendo vistos como uma negação ao padrão estabelecido, não correspondendo ao ideal de juventude, construído sobre referenciais das classes média e alta. Somente os jovens que saem do caminho “normal” de integração à vida adulta pela via do trabalho, adotando a “desocupação”, a criminalidade ou outras situações de “desvio”, é que se tornaram alvo de preocupação pública. E o debate central concentra-se em torno das possibilidades de se integrarem ou restarem numa condição de marginalidade. (ABRAMO, 2008). Não há um questionamento das desigualdades sociais que estão na origem de toda a problemática relacionada às chamadas “condutas desviantes”, mas sim uma tentativa de adaptação dos jovens de classe pobre aos padrões das classes média e alta. O que se percebe é uma coexistência entre a lógica dos direitos e a da ocupação do tempo.

A ideia recorrente de que os serviços da assistência social representam um “lugar de quem não tem o que fazer” revela a percepção de um espaço de ocupação e não como capaz de oferecer algo significativo a seus participantes no sentido da transformação de suas vidas. Uma das razões para não participar, apontadas por jovens, é a compreensão do serviço como “um lugar de gente à toa”. É possível perceber uma tensão entre a ideia disseminada do serviço como um lugar de desocupados e a tentativa, por parte dos participantes, de se contrapor a essa visão. Os jovens que participam advogam em seu favor, procurando mostrar aos outros os benefícios. Já os que não frequentam demonstram não perceber uma finalidade em participar. O adjetivo “lugar de quem não tem o que fazer” ronda o serviço.

Nas narrativas pode-se observar uma preocupação por parte dos jovens com a ocupação do tempo livre, como se estar sem fazer nada os tornassem menores. As atividades extra-escolares são tomadas como uma ocupação para a ociosidade. Tanto para os que frequentam quanto para os demais, estar à toa na vida não é algo desejado. É ócio degradante, por se relacionar com a falta de acesso ao capital social. Não é um tempo livre para realizar atividades prazerosas como ir ao cinema, viajar, passear, fazer cursos de inglês ou pré-vestibular, atividades com as quais se ocupam as classes média e alta, mas é a falta do que fazer, associado à impossibilidade de acesso aos bens culturais, aos espaços, ao lazer e ao consumo.

Há uma demanda por acesso a bens simbólicos, através da arte, do lazer e da sociabilidade que, por não ser acessível de outras maneiras, é manifestada enquanto demanda para o campo da assistência social. Muitos jovens apresentam-se nas entrevistas através das atividades que gostam de realizar. A arte, o estudo, os esportes aparecem na fala de alguns. Tais atividades são as mesmas encontradas nas respostas ao questionário de seleção, as quais mostram que 92% dos adolescentes gostam de esportes; 60%, de artes (música, cinema, dança, teatro, entre outros); 50% citam formas de sociabilidade (sair com amigos, conversar) e 44% referem-se a recursos tecnológicos (computador, videogame, TV). O estudo aparece em 10% das respostas.

Em relação à utilização do tempo, antes de participar do serviço, todos os jovens falaram de uma falta do que fazer. As meninas associaram o tempo livre com o ficar em casa à toa, dormindo, vendo televisão ou envolvidas nas tarefas domésticas. Odete relatou ter

engordado dezessete quilos, quando ficou sem atividades no contra turno da escola. Alguns jovens citaram o computador e as brincadeiras na rua, por exemplo, soltar pipa. Todos os meninos fizeram uma referência ao “ficar na rua” como algo negativo em função do contato com as drogas. A entrada no serviço está relacionada a uma lógica da ocupação do tempo livre e, no caso dos meninos, a uma prevenção ao uso e tráfico de drogas.

Sair da rua significa deixar de ter contato com sua dimensão negativa, o narcotráfico e a violência urbana, já que a positiva não lhes é acessível. Aqui a dimensão positiva foi considerada como a possibilidade de transitar pelos espaços públicos e de usufruir o direito ao lazer, à cultura e à convivência social. É feita uma opção por frequentar o serviço como uma estratégia para estar protegido dos perigos da ociosidade. Porém, o que se pergunta é: quais são os benefícios para além dessa ocupação de “corpos e mentes” no sentido da transformação social das condições de subalternidade dessa juventude? Tal ocupação se presta à melhoria das condições de vida desses jovens ou ainda a uma “higiene social”, que os retira da rua, garantido a diminuição da delinquência e a proteção das pessoas de classes média e alta? Para responder a tais questionamentos, torna-se imperioso discutir a qualidade dos serviços ofertados a esses jovens no campo das ações preventivas da assistência social.

AÇÕES PREVENTIVAS OFERTADAS AOS JOVENS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CONTRADIÇÕES ENTRE O PRESCRITO E O REAL

A descentralização da política de assistência social preconizada pelo SUAS promoveu a responsabilidade dos municípios pela execução dos serviços, como é o caso do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O nível central de governo ofereceu o arcabouço legal, a metodologia de trabalho, as diretrizes e parte do financiamento. A capacitação para os profissionais, o suporte técnico e uma parte do financiamento são atribuições do nível estadual. Aos municípios restou a execução e parte do financiamento. Assim, atende-se o pressuposto da co-responsabilidade das três esferas governamentais.

A divisão das responsabilidades pelos níveis federal, estadual e municipal, na maioria das vezes, não resulta em ações conectadas e a desarticulação entre as três esferas de governo traz prejuízos para o cotidiano do SUAS e de seus usuários. As diretrizes e até mesmo as metodologias de trabalho são pensadas, formuladas e planejadas pelo governo central, acarretando uma separação entre elaboração e execução, o que gera muitas vezes descompasso entre o idealmente planejado e as condições concretas do município, o perfil do público atendido e suas demandas.

Um dos aspectos que reflete a desconexão entre o nível federal e local é a utilização da metodologia de trabalho. A equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Prudente de Moraes (MG) teve dificuldades em utilizar o instrumental oferecido pelo MDS, em função das especificidades locais, entre elas a formação dos profissionais responsáveis pelo trabalho. Em sua maioria, os membros da equipe têm escolaridade de nível médio, sem nenhuma formação específica para atuar com jovens, com grupos e para realizar as atividades e as dinâmicas propostas. Estes trabalhadores também tiveram problemas em

manter uma rotina de planejamento e desenvolver as ações, seguindo uma pauta predefinida, situação esta percebida pelos próprios participantes.

Otávio falou sobre a falta de planejamento para os dias em que não há atividades esportivas num clube local e relacionou tal situação à baixa frequência em determinados dias da semana.

Que nem aí, toda segunda-feira tem Embrapa (clube), mas dia de quarta-feira a gente não sabe o que faz direito. Tem dia que tem dança, tem dia que fica jogando bola na quadra, aí segunda já é melhor, já tem este dia certo e fica sabendo o que vai acontecer. Aí já é melhor, porque segunda-feira tem Embrapa, a gente sabe, dia de quarta a gente não sabe nada, de vez em quando tem dança, tem dia de quinta que é a mesma coisa também. Vem quase ninguém dia de quarta e dia de quinta, segunda-feira enche, quarta e quinta-feira, não vem quase ninguém. (Otávio)

Foi possível perceber que as atividades não se baseiam nas orientações oficiais. Elas se caracterizam por certa aleatoriedade, com repercussão na frequência dos jovens. Mesmo quando a equipe local utiliza as atividades sugeridas pelo MDS, as propostas feitas pelo governo federal em seus cadernos de atividade não despertam o interesse dos mesmos. Houve dificuldade na apropriação e na utilização das metodologias de maneira atrativa pela equipe local. Pode-se constatar uma rejeição dos participantes, por exemplo, em relação às chamadas palestras e aos filmes.

Porque que nem, ela passa os filmes que, primeiro ela passa uns filmes que a gente já conhece. E que não vai acrescentar nada. Um que ela passou uma vez, muito interessante, foi a história do facebook. Esse foi muito interessante, porque ia acrescentar alguma coisa prá gente. Sabe, um filme mais assim, eu não estou falando um filme educativo, não faz isso não, nem eu quero ver isso. Ahh, sei lá, um filme que conte uma história de vida, assim, que mostre alguma pessoa vencendo. (Odete)

Odete fala de sua aversão aos filmes educativos tradicionais, demonstrando que eles não querem atividades doutrinadoras, mas sim que há uma preocupação em descobrir maneiras de “vencer na vida”. São jovens imersos na lógica do capitalismo, com acesso muito restrito aos bens materiais e simbólicos, e desejosos de modificar tal condição. O que lhes interessa é saber quais as maneiras de modificar sua realidade. Há um interesse por formas de educação não convencional, nas quais as histórias de vida, ou seja, a dimensão do cotidiano seja abordada com o objetivo de contribuir para a construção de um projeto de vida bem sucedido.

É possível perceber que as metodologias utilizadas não são atraentes para tal público. A semelhança das palestras, em forma de atividades temáticas expositivas, com as metodologias da escola gera aversão por parte deles. Ao mesmo tempo, há uma representação no imaginário dos educadores sociais que reduz o processo educativo à educação formal, escolarizada; as atividades prescritas por estes possuem um formato que remete à escola, algo tomado como negativo pelos participantes.

Tavam, porque tava assim, igual, as únicas que se for olhar que a gente gostou foi deste, dááá... sobre drogas, que o resto falava da água, de lixo, naaa boa, a gente já aprende isto na escola, coisas que ficavam chata, ihhh igual depois deles falar deeee..., isto que tava falando hoje, não sei se era palestra, porque... Ehhh... conferência. Aí não, fica chato! (Denise Rafaela)

Foi possível identificar dificuldades de conexão entre a proposta elaborada pelo governo federal, o financiamento precário e a capacidade frágil de execução do município. A combinação de tais elementos tem contribuído para causar entraves na execução, dificultando seu pleno êxito. Há uma diversidade de situações encontradas, que fogem ao preestabelecido e exigem soluções locais, as quais poderiam contribuir para a avaliação e o aprimoramento, caso fossem compartilhadas com os demais níveis de governo; porém, o diálogo é bastante limitado e restrito ao envio de informações pontuais solicitadas. Avaliações processuais não são realizadas. Isto reforça uma visão estanque da realidade, incapaz de contemplar a diversidade que o contexto local impõe à política pública, gerando ações duras, rígidas e ineficazes.

A falta de coordenação e de integração entre as políticas sociais, a fragmentação, os problemas de desenho, formatação e desenvolvimento dos serviços, as frágeis capacidades institucionais e das redes protetivas dos municípios, a ausência de espaços de participação dos jovens e de suas famílias, fazem com que a qualidade do que é ofertado seja baixa, não se traduzindo em intervenções capazes de romper com as condições de vida precárias da população pobre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imensos são os avanços alcançados nas políticas públicas e na área da assistência social destinadas à juventude, no Brasil das últimas décadas. Houve sem dúvida o esforço para superar práticas assistencialistas e de tutela e marginalização dos jovens pobres. Contribuiu para isto a noção de que a assistência social é um direito do cidadão e de que jovens são sujeitos de direitos e devem ser tratados como prioridade absoluta pelo Estado brasileiro.

Ainda que legalmente os ganhos sejam inquestionáveis, muito ainda há por fazer. Tais progressos acontecem numa velocidade maior no que diz respeito às legislações e normativas do que às respostas às demandas da realidade, vivenciada pelos jovens em suas localidades.

Apesar de todo o avanço no campo da assistência social, existem muitos impasses a ser superados, em direção a uma oferta qualificada de serviços, capaz de contribuir para a redução das desigualdades sociais. Podemos perceber uma política pública em construção, repleta de desafios, desde a necessidade de mudança na compreensão limitada da assistência social.

Evidencia-se, no entrecruzamento da política de assistência social com a área da juventude, uma ação do Estado fragmentada em vários serviços e programas desconectados entre si. Esta desconexão ocorre, também, em relação às demais políticas (por exemplo, saúde e educação) e entre as esferas de governo, tornando a ação estatal incapaz de oferecer ao público jovem condições para a transformação significativa de suas vidas, especialmente em relação às vulnerabilidades existentes e ao fortalecimento de suas potencialidades, para a construção de um projeto coletivo para as juventudes.

É comum no discurso hegemônico a ideia de que os jovens são desinteressados, quando na realidade podemos constatar que eles não têm seus anseios contemplados. O ofertado nos serviços públicos da assistência social está aquém de suas necessidades e expectativas, por não apresentar reais oportunidades de transformação de suas condições de vida.

A compreensão dos jovens, enquanto ativos na produção do mundo de cultura, que começa a aparecer nos aparatos legais, ainda é muito distante da prática dos serviços voltados ao atendimento deste público. A perspectiva da contenção sexual e da criminalidade, tão presente na criação das intervenções do Estado em relação à juventude, ainda deixa seus rastros na lógica de ocupação do tempo, presente nas políticas públicas atuais, não sendo possível perceber uma preocupação com o tornar-se sujeito, especialmente sujeito político.

Como romper vulnerabilidades do acesso à renda, à profissionalização, aos bens culturais e de lazer e aos serviços públicos de qualidade com programas sociais fragmentados e limitados? O tema da juventude no mundo contemporâneo nos provoca a reflexão sobre a necessidade de investimento em políticas públicas e de intervenções capazes de garantir transformações sociais definitivas, na direção de uma sociedade mais igualitária e justa. As ações da assistência social podem ser melhor utilizadas como ferramentas para criar formas de enfrentamento das vulnerabilidades, especialmente pela valorização do saber e do potencial para a construção coletiva dos próprios adolescentes. A lógica da ocupação do tempo precisa ser ultrapassada, de modo que os espaços utilizados para o mero preenchimento do tempo livre sejam transformados em lugares de produção criativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Traçado Metodológico**. 1ª Edição, Brasília, 2009.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 2010. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em: 20 jan 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Reordenamento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos: passo a passo**. Brasília, 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. 2013a. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 12 nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 ago. 2013. 2013b.

CAMARANO, Ana Amélia et al. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Última década, n. 21, CIDPA Valparaíso, p.11-50, dez. 2004.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma do fazer políticas – políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.2, jul./dez., 2002.

COSTA, Ana Flávia de Sales. **O adolescente nos serviços de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (Suas): um estudo de caso do Projovem Adolescente (2012-2013) de Prudente de Morais (MG)**. 2014. 148fls. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte, 2014.

JACCOUD, Luciana. Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social. **Texto para discussão IPEA** no. 1372, Brasília: IPEA, fev. 2009.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 18/19, p.193-203, 2005.

MENEZES, Jaileila de Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues. “Festa estranha com gente esquisita”: desafios e possibilidades para a participação juvenil. In: MOYORGA, Claudia; CASTRO, Lucia Rabello de; PRADO, Marco Aurélio Máximo. (Orgs.). **Juventude e a experiência da política no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, p.35-62, 2012.

RODRÍGUEZ, Ernesto. **Políticas públicas de juventud en América Latina: desafíos y prioridades a comienzos de un nuevo siglo**. Seminario La Renovación del Capital Humano y Social: la Importancia Estratégica de Invertir en el Desarrollo y la Participación de los Jóvenes. Quadragésima primeira reunião anual da assembleia de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nova Orleans, mar. 2000.

SANTOS, Benedito Rodrigues. Cronologia histórica das intervenções na vida de crianças e adolescentes pobres no Brasil (do infante exposto ao cidadão-criança). **Revista Estudos**, Goiânia, v.31, p.11-43, dez. Especial, 2004.

SIERRA, Vânia Morales; MESQUITA, Wania Amélia. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <http://www.scielo.br>. Acesso em: 20 mai 2013.

SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social- Revista de Sociologia da USP**, 7(2), 141-172, 2005.

MOVIMENTO DE ARTICULAÇÃO COM JOVENS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO VALE DO PARAÍBA

Andrea Filipini Rodrigues Lauermann

Michelle Ribeiro

Cleber Alvarenga

Observatório Juventudes de Lorena

lauermann.andrea@gmail.com

A Juventude representa o desafio da compreensão e a tarefa de buscar respostas para tantos questionamentos, assim como levantar questionamentos para formular respostas.

Nesse contexto difuso, encontramos jovens lúcidos, ativos, participantes, questionadores e donos de muitas respostas: sujeitos de direito.

Krauskopf (2003), afirma que podemos identificar na literatura quatro enfoques sobre as concepções de Juventude: Juventude como etapa de preparação, transição entre a infância e a fase adulta; Juventude como etapa problemática; Juventude como atores estratégicos para o desenvolvimento; e Juventude cidadã, como sujeito de direitos.

Reconhecer que os jovens são sujeitos de direito, é reconhecer a singularidade desta etapa da vida, assim como reconhecer a contribuição e participação nas políticas públicas, para que exerçam plenamente sua condição de cidadão.

O reconhecimento de crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direito é uma concepção recente da realidade brasileira que carrega ainda a falta de materialização desta concepção, traduzida em ações.

Novas concepções de cidadania foram confirmadas pelo Estatuto da Juventude, Lei 12.852/2013, como instrumento legal, que determina o direito dos jovens garantidos e promovidos pelo Estado Brasileiro.

Isto deve ser considerado como um imenso legado para nosso país, pois dispõe sobre os direitos dos jovens, sobre as diretrizes das políticas públicas de Juventude e sobre o Sistema Nacional de Juventude, com políticas especialmente dirigidas a sujeitos entre 15 e 29 anos, como obrigação do Estado, independente da vontade de governos.

Desta forma, a iniciativa de envolver a Juventude na compreensão política e social, surgem a partir de diferentes iniciativas: a partir do grupo, para o grupo e com o grupo, na busca da autonomia e a afirmação da cidadania.

Como afirma Abramo (2014), “é reconhecida a capacidade dos jovens... de atuar no espaço público com plena consciência de seus direitos, com base em um pensamento crítico, autônomo e emancipador, em um autêntico processo de “cidadanização””.

Neste contexto, o Observatório Juventudes de Lorena, foi concebido, a partir do trabalho ativo em Juventude do Instituto Dialogare.

O Instituto Dialogare é uma organização sem fins lucrativos que fundamenta o diálogo, buscando compreender a comunidade e os sujeitos através da aproximação, da escuta e do diálogo com as lideranças locais.

Neste trabalho, com este tema sempre latente, demandas de ação, de pesquisa e estudo foram percebidas, e, em contato com o Observatório Juventudes da PUC/RS, na figura do Dr. Mauricio Perondi, o Observatório Juventudes de Lorena aos poucos foi criando sua personalidade própria.

Em Janeiro de 2015, as parcerias foram estabelecidas: a PUC/RS com grande experiência em pesquisa; a FATEA, Faculdades Integradas Teresa D'Avila, faculdades salesianas, com experiência no trabalho com Juventudes e instituição de Ensino, para contemplar a área; e a Prefeitura de Lorena, que já vinha a pensar nas políticas públicas de Juventude para o município.

O Observatório Juventudes de Lorena procura contemplar as seguintes áreas: ensino, assessoria e formação; pesquisa e articulação.

Na área de ensino, assessoria e formação, o objetivo é a organização de cursos de extensão, grupos de estudos, jornais com conteúdos que visam informar e discutir temas ligados as juventudes, bem como propor ideias metodológicas para o trabalho com as temáticas propostas.

Na área de Pesquisa, procuramos abordar a Juventude em suas ações e demandas para, através de dados concretos, discutir e propor Políticas Públicas, fornecer suporte para a intervenção teórica e prática em Juventudes.

A área de articulação trata da aproximação com o mundo juvenil da região, integrar os atores dos segmentos sociais onde os jovens estão inseridos: coletivos, espaços e instituições ligadas a Jovens, no intuito de reconhecê-los como sujeitos de direito

O trabalho deste Observatório é reunir, organizar e produzir dados a respeito de Juventudes, primeiramente da cidade de Lorena, e em maior escala, a respeito de Juventudes do vale do Paraíba, e contribuir em escala nacional para a efetivação de políticas públicas para esta camada expressiva da população.

O Vale do Paraíba compreende 39 municípios que abrangem áreas urbanas, rurais e litorâneas, ou seja, apresenta grande diversidade de demandas e Questões Sociais.

A região metropolitana do Vale do Paraíba tem uma população estimada em 2.406.735 habitantes, de acordo com o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A representatividade política da juventude soma 38,81% do total de eleitores do Vale, ou seja, 668.034 jovens estão aptos a votar na região.

A cidade de Lorena, ocupa uma área de 414,16 km², possui 84.653 habitantes, sendo que 21.242 são jovens entre 15 e 29 anos, destes, 642 jovens são residentes da zona rural.

Considerando os dados relevantes do número de jovens e a diversidade territorial, o Observatório Juventudes de Lorena, através da prática de Articulação junto a lideranças

juvenis que desenvolvem trabalhos no município e cidades vizinhas, procurou identificar o perfil desses jovens “líderes”, sintetizar ações comuns e coletar dados a respeito das ações em Juventudes de seus municípios sob o ponto de vista destes em seus segmentos.

O movimento de articulação permitiu que através de contatos anteriores do Instituto Dialogare, e de contatos com outros coletivos e instituições de referência em Juventude reunisse um grupo de atores representativos em seus municípios.

Para tanto, conhecer e reconhecer a realidade institucional e suas demandas, ou seja, diagnosticar socialmente, fundamenta-se como marco inicial para o desenvolvimento de qualquer ação.(BRACAGIOLI,GEHLEN,OLIVEIRA,2010).

O objetivo deste encontro foi articular as ações e potencializá-las a partir de uma agenda única, para então buscar a efetivação das políticas públicas. Cada ator dentro de seu município procura seguir este caminho de formação de conexões, para que esta rede seja formada, e possamos atingir até a base.

Contudo, as ações articuladas respeitam a diversidade de cada movimento, ou demanda daquela região, no intuito de levantar as pautas prioritárias de cada região, mas a partir da troca, discutir, propor e apoiar as ações em grupo.

Considerando que o foco principal das políticas públicas é a identificação do problema que a comunidade visa superar, a chegada desta demanda ao sistema político, à sociedade política e nas instituições que irão modelar a decisão da implementação. (SOUZA,2006)

Segundo Marzulo (2005), as ciências sociais consideram que a dimensão espacial, constitui a identidade social. A territorialidade, é referencial e atuante sobre a formação identitária, e não se apresenta a partir do paradigma da proximidade geográfica ou semelhança na configuração espacial e tipologia arquitetônica.

Assim, consideramos importante reunir diferentes municípios, pois apesar da proximidade geográfica, semelhanças arquitetônicas e históricas, a identidade da Juventude de cada região estará expressa na diversidade de suas Questões Sociais

A região possui divisas muito tênues, onde o morador usufrui da educação de outro município, e oferece sua força de trabalho em mais outro município. O mesmo acontece com o jovem, ele mora em uma cidade, mas estuda, trabalha, ou mesmo se diverte em mais duas ou três cidades diferentes.

Para o levantamento dos dados, foi utilizado um questionário de preenchimento de próprio punho, instruídos por um representante do Observatório Juventudes.(ANEXO 1)

O uso do questionário foi a propósito de identificar o perfil deste grupo e proporcionar um momento de reflexão para a percepção de sua própria cidade, ou seja, identificar, nomear e classificar as instituições, movimentos, e políticas públicas de Juventude.

Participaram desta pesquisa 6 sujeitos que lideram grupos, coletivos, movimentos e instituições que desenvolvem trabalhos com Juventudes, sendo que um sujeito representa dois municípios. Desta forma, totalizamos 7 questionários com 6 sujeitos.

Dentre os 39 municípios que representam a região administrativa de São José dos Campos, participaram 7 municípios: Guaratinguetá, Lorena, Silveiras, Cruzeiro, Potim, Aparecida e Queluz.

A faixa etária deste grupo apresentou-se da seguinte forma: 5 jovens e 1 adulto, sendo todos os jovens pertencentes à mesma faixa de amadurecimento juvenil, entre 22 e 28 anos.

Dentre os sujeitos apenas um representante não possuía ensino superior, quatro representantes já haviam cursado o ensino superior e o único adulto apresentou-se com título de pós-graduação.

O dado da faixa etária não surpreende, ou seja, jovens cuidando de jovens, o que o Observatório Juventudes de Lorena não entende como um fato necessário de correlação. Para falar em nome das Juventudes é necessário fazer parte das realidades, conhecer seu potencial e dificuldades que permeiam cada segmento.

Um dos objetivos qualitativos do questionário era identificar a presença de Políticas Públicas em Juventudes segundo a ótica do representante. A resposta obtida comporta a discussão que se segue, pois 5 sujeitos afirmaram que não há Política Pública de Juventude em seu município, enquanto apenas dois sujeitos afirmaram que há Política Pública em seus municípios.

Desta forma, a discussão teórica e conceitual de Políticas Públicas se confunde com o desejo latente de ações em Juventudes, o que explicaria porque a maioria determinou a ausência destas ações.

Segundo o caderno de Políticas Públicas do SEBRAE (2008), “As políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacional, estadual ou municipal) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.”

Souza (2006) afirma que a formação da política pública dá-se no momento em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Porém, em ambas as definições fica ressaltado que o “bem-estar” da sociedade é definido pelos governos, enquanto que os atores sociais, buscam caminhos de expressividade para a participação ativa.

O jovem deve ser reconhecido e incentivado na figura de protagonista das ações para liderar e participar ativamente em seus municípios e região.

O Observatório Juventudes de Lorena trabalha para contribuir na construção de Políticas Públicas de Juventude, através de movimentos de articulação entre os atores sociais e seus respectivos municípios na tentativa de reconhecer as demandas e as diversidades, propor ações e também formar uma agenda única.

As pesquisas embasam, validam e dão credibilidade para as Juventudes, e diante disso, podem requerer os seus direitos assegurados como cidadãos.

A maior conquista do Observatório é participar ativamente destes encontros, proporcionar encontros, estar na linha de frente, no corpo a corpo com a Juventude da região.

O Observatório Juventudes de Lorena torna-se assim, uma referência em Juventude ativa, participativa e cidadã.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena (Org). **Estação Juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para a reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília:SNJ,2014.

BRACAGIOLI, Alberto; GEHLEN, Ivaldo; OLIVEIRA, Valter Lúcio de. **Planejamento e Gestão de Projetos para o Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre/RS: Ed. UFRGS, 2010.

CALDAS, Ricardo (Org). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG,2008.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População jovem no Brasil: a dimensão demográfica. **População, população jovem, estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/populacao_jovem.pdf>. (Série Estudos e Pesquisas). Acesso em: 15 de Janeiro de 2016.

KRAUSKOPF, Dina. La construcción de políticas de juventud em centroamerica. In: LEÓN,Oscar (Ed). **Políticas Publicas de juventud in America Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar, Chile: Cidpa, 2003.

MARZULO, Eber Pires. **Espaço dos Pobres: Identidade social e territorialidade na modernidade tardia**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ,2005.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Conselho, programa, legislação**. Disponível em: <www.juventude.gov.br>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2016.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. In: Sociologias. Porto Alegre: Jul/Dez, Ano 8, nº6, 2006. P 20-45.

ANEXO 1

Informações Pessoais

Nome:

Cidade:

Telefone:

Idade:

e-mail:

Profissão:

Escolaridade:

Local onde atua:

Organizações ligadas às juventudes das quais participa:

Informações acerca das juventudes do município: (neste item, eram especificados os dados relativos ao município representado, neste caso, exemplificaremos o município de Potim)

População total da cidade : 20042 em 2015 – SEADE

População jovem: com base no censo 2010 IBGE = 6307

População residente total de 15 a 19 anos: 1576

População residente total de 20 a 24 anos: 2298

População residente total de 25 a 29 anos: 2433

Existem Políticas Públicas no Município?

() Sim () Não

Se sim, quais?

Esta pergunta foi colocada por cinco vezes no questionário para que o sujeito pudesse exemplificar cada ação a qual estava descrevendo:

Instituições, ações, projetos, programas e serviços ligadas às Juventudes:

Nome:

Local:

Contato:

() Pública

() Privada

() Religiosa

() Organização da Sociedade Civil

POLÍTICAS PÚBLICAS E INSERÇÃO JOVEM NO MEIO RURAL: RELAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM A JUVENTUDE

Arthur Saldanha dos Santos¹

Resumo: Este trabalho aborda a relação das formas de gestão dos bens e recursos comuns presentes no campo, com a interligação e o potencial do capital social e das redes sociais em estabelecer conexões firmes e duradouras na manutenção e preservação da natureza e seu potencial. Sobretudo, na promoção de ambiente propício para agregar a demanda jovem como força de trabalho. É análise também desse trabalho, a percepção das políticas públicas existentes nas comunidades de agricultura familiar e, como são pensadas quando o foco central é o jovem. Para essa abordagem, a metodologia se centralizou em referências bibliográficas interdisciplinares sobre os assuntos e visitas a territórios rurais em Minas Gerais. Por conclusão, foi evidenciado que tanto o capital social qualificado, quanto as redes sociais presentes no campo, podem influenciar positivamente no desenvolvimento “de baixo para cima” nas comunidades locais e contribuir para a especialização de produção nesse espaço promovendo assim, uma comunidade forte, unida e independente de repasses financeiros do Estado. É possível compreender que há relação intrínseca entre desenvolvimento e cultura no meio rural, bem como, desenvolvimento econômico e social das comunidades a partir da inserção do jovem nesse espaço através de políticas públicas, e, se são eficazes ou não para esse processo. Assim, melhor desenvolvimento territorial e social passa pela especialização, que por sua vez, depende do acúmulo do capital social, que ainda, está associado ao auxílio do Estado em abrir caminhos no mercado, como também, estabelecer o ordenamento e possibilidades das redes sociais. Ações que sempre devem levar em consideração os atores locais e seus conhecimentos diversos. Podemos perceber que o desenvolvimento de baixo para cima (endógeno), realmente se mostra o mais promissor e adequado para os territórios. Nesse sentido, ao analisar as abordagens econômicas de desenvolvimento do território é de suma importância que se leve em consideração os diversos aspectos que compõem a esfera social. Devemos considerar por fim, que as estruturas sociais são dotadas de costumes e tradições que são passadas de geração para geração, e muitas das vezes, são muito positivas para construções futuras de uso do espaço e trocas de experiências, estabelecendo um ambiente propício para o jovem da contemporaneidade. Portanto, as relações sociais podem também influenciar muito nas construções e percepções do espaço rural e sua relação com as políticas públicas.

Palavras-chave: Capital Social, Desenvolvimento, Juventude, Redes Sociais e Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

No estudo sobre cultura popular tradicional, Thompson (1998) evidenciou que o costume é uma arena de conflito, em que novas formas de pensar o ambiente se colidem com tradições de uso do espaço e dos recursos. Para o autor, a tradição trabalha para além do passado, é uma percepção também de futuro. Nesse sentido, quando analisamos a situação

¹ Mestrando em Sociedade, Ambiente e Território na associação entre: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: arthur-ufvjm@hotmail.com

dos cercamentos, observamos que é uma expressão de mudança social, uma relação de poder e de exclusão baseado na ideia de privado. A partir dessa abordagem, percebemos o ponto de partida da sobreposição do urbano sob o rural – a Revolução Industrial modifica as relações sociais humanas.

Nesse processo, a sociedade urbana se percebe em um ambiente degradado, poluído e com costumes cada vez antissociais do legado desenvolvimentista, conforme aponta Thomas (1996) em “O dilema humano”. Ao passar por momentos de proporções desgastantes na cidade, o indivíduo enxerga no rural o novo espaço de domínio e destruição. Um lugar de tranquilidade e costumes considerados obsoletos, porém mais positivos que a relação homem/cidade. Com esse “novo rumo”, o campo se transforma em terra de desenvolvimento, disputa e, de constante modificação de estruturas sociais, o que perdura até os dias atuais.

Como percebido, a ideia de desenvolvimento vem tomando conta da atualidade. É possível se desenvolver de forma que consiga não promover a destruição das relações sociais e nem da natureza, através da exploração? Eis aí, o grande questionamento levantado, e que, as pistas para a solução podemos encontrar nas experiências diversas do modo de vida camponês e conceitos chave de diversos autores que trabalham com temas que envolvem: cultura, desenvolvimento, redes sociais, especialização e capital social. Todos esses temas fazem parte de eixos maiores que são os recursos comuns e a gestão desses bens.

Nesse sentido, no primeiro momento serão trabalhados os entendimentos dos conceitos anteriormente citados. Essas concepções são frutos de experiências diversas, de bibliografias interdisciplinares sobre Sociedade, Ambiente e Território, grandes eixos que procuram compreender as relações sociais com o território e o ambiente. No segundo momento, esse aporte teórico contribuirá para a análise de estudo de caso que possa evidenciar essas relações entre homem, natureza e desenvolvimento. Uma abordagem possível, a partir das relações sociais. Por fim, serão apresentados percepções e indicativos de futuros potenciais de pesquisas, bem como, potenciais para a inserção jovem no espaço rural, que é o foco do presente trabalho.

2. DESENVOLVIMENTO

Conforme destaca Laraia (2001), a cultura é um conceito que constantemente sofre interferências de entendimentos diversos. Nem o determinismo biológico nem o geográfico conseguiram mapear e classificar o que de fato é cultural ou não, como também, não houve solução ao explicar as diferenças entre os homens e suas formas diferenciadas de uso do espaço e seus recursos. Contudo, conforme aponta o autor, a cultura possui características ímpares em influenciar o comportamento humano social e diversificar a humanidade. A cultura é dinâmica e possui particularidades. As tradições e modos diversos de entender e, de se relacionar com mundo, não podem ser mecanismos de exclusões e discriminações. Os diferentes olhares sobre os diversos elementos podem contribuir para a inserção social e fortes interações sociais, em que os indivíduos trocam experiências e crescem socialmente com elas.

Dessa forma, ao analisarmos as abordagens econômicas do território não podemos deixar de recorrer ao teórico Ortega (2008), que possui um perfil multidisciplinar ao tratar desse assunto. Ele leva em consideração perfis culturais, identitários, sociais, geográficos, demográficos, históricos, etc., ao discorrer sobre economia/território. Que por sua vez, está associado também ideia de desenvolvimento. Sendo assim, desenvolvimento, é aqui entendido, por um processo que considera a participação social com seus diversos aspectos, principalmente, culturais.

Nesse sentido, podemos dizer que o território passa a ter caráter econômico a partir do momento em que o capitalismo toma conta desse espaço. A disputa e a necessidade de uso dos recursos advindos da terra, configurando um novo cenário de espaço reorganizado, e em disputa, como apontado por Lefebvre (2000) na 4ª edição de sua obra, “La production de l’espace”. Nessa percepção, a sociedade urbana é aquela advinda do processo de industrialização. É uma observação que parte do “predomínio da cidade sobre o campo”. São por assim dizer, novas formas de uso do território camponês, que contribui para uma nova percepção estrutural que Pedon (2013) chama de relação “socioterritorial”. Assim, é possível visualizar as divergências de opiniões sobre o território, entre a máquina política na exploração e a sociedade civil que faz uso desse lugar, seja para subsistência ou exploração.

Ao modificar o uso do território, de espaço “ganhado” por “dádiva”, como proposto por Mauss (1988), para um lugar de “usos comuns dos recursos”, muitas vezes também, com “costumes em comum” conforme destacam Ostrom (1990) e Thompson (1998) torna-se assim, um ambiente socialmente disputado, que necessita de uma “gestão comum” desses recursos. Ortega (2008) mapeia esse campo de conflito como sendo o “território deprimido”, um lugar de desavenças, exploração capitalista e ausência de programas públicos para o desenvolvimento adequado de “baixo para cima”. Para ele, as junções das concepções de dádiva, comum e recursos, associados ao desenvolvimento “de cima para baixo”, contribui para um espaço de conflito e geração de pobreza. Pois esse caminho imposto, não consegue atingir o objetivo do desenvolvimento ideal, que é através do acúmulo de “capital social”, conforme aponta Putnam (1993). Sendo assim, esse modelo desenvolvimentista, que não leva em consideração as estruturas sociais presentes na terra, não é o ideal para a economia no sentido não imediatista.

O capital social proposto por Putnam (1993) pode ser entendido como o conjunto de relações humanas construídas na base da confiança mútua, união e cooperação. São princípios relacionados à ideia de costumes e dádiva que fazem dos indivíduos o que são, seres em constantes interações sociais. Essas interações podem ser fortes ou fracas, dependendo do grau que se encontra o acúmulo de capital social, ou seja, depende de como essas relações sociais se construíram.

Quando pensamos em capital social no campo, dialogamos com as extensas conexões entre os moradores locais para pensar, produzir e reproduzir tradições de uso da natureza ou do território de forma duradoura e sustentável, com perspectiva de futuro e rotatividade de recursos sem a destruição dos mesmos. Nesses aspectos, as redes sociais se mostram caminhos promissores de relações entre os territórios e seus atores.

As redes sociais vêm se mostrando importantes mecanismos para a compreensão das relações humanas e excelente ferramenta na busca de unidades sociais e respeitos culturais, como por exemplo, na área da agricultura familiar, em que as redes podem ser ótimos caminhos para a promoção da unidade social e expansão das experiências e trocas culturais.

Marques (2012, p. 5) compreende por redes sociais, “vínculos entre indivíduos, grupos e organizações construídas ao longo do tempo”. Através dessas percepções, podemos compreender melhor a importâncias das redes sociais como forma de articulação e busca de programas públicos adequados ao contexto específico de cada lugar. Promovendo assim, uma cooperação entre outros atores sociais com objetivos comuns.

Dessa forma, o capital social bem estruturado contribui para o desenvolvimento do território e das boas relações sociais. O economista Jesus (2014) em um estudo comparativo entre a Espanha e o Brasil percebe que os territórios espontâneos se desenvolvem muito mais, e por mais tempo, do que os territórios induzidos por políticas públicas. Essa capacidade está centrada na união social dos atores locais, conforme ele aponta. Esses atores criaram também redes sociais a níveis internacionais que ajudaram a se tornarem referência na produção do “Café do Cerrado”. É através da especialização, conforme destaca Pecqueur (2005) que os territórios conseguem criar uma economia mais sólida e mais duradoura e de qualidade. Para ele, o desenvolvimento territorial deve partir da percepção e conhecimento do próprio local, o que “consiste em qualificar e diferenciar recursos revelados pelos atores”, o que qualifica a especialização em determinada produção.

Pecqueur (2005) acredita também que o Estado deve promover a “redistribuição” para uma equidade entre os territórios, a “mediação” para facilitar a interligação, ou mesmo, estimular redes sociais para estabelecer trocas nos mais diversos aspectos com outros territórios. E ainda, possibilitar uma “coordenação” que consiga estimular e orientar os atores locais a se unirem e se organizarem em coletividades para a melhor qualidade do desenvolvimento local.

Observando este cenário e presenças em campo, podemos notar um número bastante reduzido de jovens na agricultura familiar ou mesmo no campo de modo geral. Tal análise é justificada pela migração constante dessa coorte para centros urbanos em busca de oportunidades e melhorias de vida, já que o meio rural não proporciona tal desempenho. Ao migrar para a cidade o campo perde uma força de trabalho de grande valia e importante economicamente para a família e o país de forma generalizante.

Quando destaco que atualmente o campo não está preparado para acolher e manter o público jovem, é devido a falta de investimentos em programas públicos que priorizem esse setor e uma educação efetiva que funcione de fato. São ações mínimas que integram os jovens e torna-os participantes ativos das comunidades em que vivem e em constante integração com outras comunidades espalhas pelo país ou pelo mundo, através dos vínculos estabelecidos pelas redes sociais integradas.

3. CONCLUSÃO

Por fim, quando falamos em uma abordagem econômica do território, inúmeros fatores devem ser levados em consideração, como apontado anteriormente. Devemos compreender através de muitos autores, como os já citados acima, que o melhor desenvolvimento territorial e social passa pela especialização, que por sua vez, depende do acúmulo do capital social, que ainda, está associado ao auxílio do Estado em abrir caminhos no mercado, como também, estabelecer o ordenamento e possibilidades das redes sociais. Ações que sempre devem levar em consideração os atores locais e seus conhecimentos diversos. Podemos perceber que o desenvolvimento de baixo para cima (endógeno), realmente se mostra o mais promissor e adequado para os territórios.

Nesse sentido, ao analisar as abordagens econômicas de desenvolvimento do território é de suma importância que se leve em consideração os diversos aspectos que compõem a esfera social. Devemos considerar por fim, que as estruturas sociais são dotadas de costumes e tradições que são passadas de geração para geração, e muitas das vezes, são muito positivas para construções futuras de uso do espaço e trocas de experiências. As relações sociais podem também influenciar muito nas construções e percepções do espaço.

O jovem é então, um importante elemento formador da área rural, a quem diga que eles sejam “o futuro da produção”. É preciso um olhar mais minucioso do poder público quanto a formulação de programas e incentivos que visem estimular a estadia da juventude na área rural. É preciso mais participação política dos jovens nas comunidades.

Em algumas localidades esse cenário já é possível ser notado. A existência de cursos superiores técnicos ou não para a área rural vem aumentando a cada dia. Observamos diversos jovens empenhados nas produções agrícolas da família ou externas. Há uma participação política engajada de jovens quanto a todas de decisões referentes ao setor produtivo da região. Mesmo assim, esse número é pequeno e utópico em muitos lugares.

Por fim, para o desenvolvimento adequado do território é preciso união social através das redes sociais estabelecidas pelas comunicações e interações humanas dos diversos lugares, e engajamento do jovem. Essa interação humana se dá a partir dos aspectos culturais da comunidade. Tendo esses elementos articulados de forma positiva, o Estado se torna um veículo importante na transmissão de toda produção local. Ele se torna um intermediador, sem poder de imposição ou administração. O ideal é que seja função do Estado abrir caminhos no mercado nacional ou internacional para a comunidade.

REFERÊNCIAS

JESUS, C.M. *Desenvolvimento territorial rural: uma análise comparada entre territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha*. Tese (doutorado em economia), UFU, 2014. Cap. 4 e 5.

LARAIA, R. B. *Cultura: Um conceito antropológico*. 14^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

- LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio
- MARQUES, E. (org.) 2012. *Redes sociais no Brasil - sociabilidade, organizações civis e políticas*. Belo Horizonte: Fino Traço Ed.
- Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa, Edições 70, 1988.
- ORTEGA, A.C. *Territórios deprimidos*. Campinas: Alínea, 2008.
- OSTROM, E. *Governing the commons*. New York, Cambridge University Press, 1990.
- PECQUEUR, B. *O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul*. Raízes. Campina Grande, Vol. 24, nºs 01 e 02, p. 10-22, jan./dez.2005.
- PEDON, N. R. *Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- PUTNAM, R.D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, FGV, 1993.
- THOMAS, K. *O dilema humano*. In: *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia de Letras, 1996. Cap.6.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

QUE SIGNIFICA A CIDADANIA PARA A JUVENTUDE?

Davi Mendes Caixeta

Mestrando em Filosofia pela PUC-SP

davicaixeta@gmail.com

Resumo: O que é cidadania? Uma primeira resposta a essa pergunta afirma que a cidadania é um importante direito, um dos direitos fundamentais, assegurada constitucionalmente pelos diversos ordenamentos jurídicos da atualidade. A cidadania possui um significado tão fundamental que tem sido arrolada nas diversas declarações sobre os direitos humanos. Ela também é frequentemente afirmada como um direito basilar das sociedades modernas e, como um direito fundamental, tem as características de ser universal, irrenunciável e inalienável. Por causa dos diversos problemas quanto à afirmação dos direitos humanos na atualidade, a cidadania tem sido elencada numa posição de mais importância ainda. Recentemente, alguns pensadores têm entendido que ela deve ser considerada não somente como mais um dos direitos humanos, mas deve ser compreendida como um princípio imprescindível para a afirmação de todos os demais direitos humanos: a cidadania é o direito a ter direitos. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo primeiro, reconhece a cidadania como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Para a efetivação desse princípio, a própria Constituição, no Capítulo IV que versa sobre os direitos políticos, estabelece os critérios para o exercício das cidadanias ativa e passiva, assim como os casos em que o exercício da cidadania pode ser restringido. No entanto, essa compreensão de cidadania como um direito político encontra um sério questionamento quando se depara com a situação dos jovens brasileiros, sobretudo daqueles que ainda não podem exercer seu direito de votar e ser votado. Retoma-se, então, a pergunta principal dessa reflexão com foco para o caso dos jovens: o que é cidadania para a juventude? Para os jovens brasileiros, a cidadania, como um princípio fundamental e também como um exercício dos direitos políticos, requer uma reflexão mais cuidadosa. A muitos jovens, mesmo que ainda não possam exercer seu direito ao voto, precisam ter assegurados alguns direitos básicos, como a saúde e a educação. Mesmo que os jovens ainda não possam exercer sua cidadania ativa ou passiva, eles continuam sendo cidadãos brasileiros, sujeitos dos mais diversos tipos de direitos, sobretudo dos direitos humanos. Assim, a cidadania, como um princípio para a efetivação dos demais direitos fundamentais, precisa ser considerada independente de um jovem poder ou não exercer seu direito ao voto. Dessa forma, o presente trabalho se propõe a fazer uma reflexão sobre a relação entre cidadania e juventude, indagando sobre o significado de cidadania, seja como um princípio e seja como um direito político, considerando-a especificamente para o caso da juventude. A metodologia a ser utilizada é uma análise dos preceitos constitucionais brasileiros que tangem essa temática, sua formulação e também as diversas compreensões sobre cidadania.

Palavras-chave: direitos humanos, cidadania, juventude

INTRODUÇÃO

O que é cidadania? Uma primeira resposta a essa pergunta afirma que a cidadania é um importante direito, um dos direitos fundamentais, assegurada constitucionalmente pelos diversos ordenamentos jurídicos da atualidade. A cidadania possui um significado tão fundamental que tem sido arrolada nas diversas declarações sobre os direitos humanos, sendo universal, irrenunciável e inalienável. Por causa dos diversos problemas quanto à afirmação dos direitos humanos na atualidade, a cidadania tem sido elencada numa posição de mais importância ainda. Recentemente, alguns pensadores têm entendido que ela deve ser considerada não somente como mais um dos direitos humanos, mas deve ser compreendida como um princípio imprescindível: a cidadania é o direito a ter direitos.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo primeiro, reconhece a cidadania como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Para a efetivação desse princípio, a própria Constituição, no Capítulo IV que versa sobre os direitos políticos, estabelece os critérios para o exercício das cidadanias ativa e passiva, assim como os casos em que o exercício da cidadania pode ser restringido. No entanto, essa compreensão de cidadania como um direito político encontra um sério questionamento quando se depara com a situação dos jovens brasileiros, sobretudo daqueles que ainda não podem exercer seu direito de votar e ser votado. Retoma-se, então, a pergunta principal dessa reflexão com foco para o caso dos jovens: o que é cidadania para a juventude?

1. A CIDADANIA NO CONTEXTO DOS DIREITOS HUMANOS

O termo cidadania é bastante recorrente nos discursos sobre os direitos humanos. No entanto, esse termo remonta uma época bem anterior às famosas declarações do século XVIII. Antes da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, a cidadania já era um conceito bastante utilizado na antiguidade. Basta lembrar-se da qualidade, tanto na *polis* grega como em Roma, daqueles que eram chamados de cidadãos.

Na Grécia Antiga, o cidadão era aquele tipo de homem, o *polítes*, que ocupava seu lugar na praça pública, a *ágora*, para participar das decisões sobre os assuntos públicos, juntamente com os demais cidadãos. Em outras palavras, os cidadãos gregos eram os sujeitos ativos da *pólis*. Naquele momento, a cidadania estava intimamente associada à democracia, como forma de governo que possibilitava a participação dos cidadãos nos assuntos comuns.

A imagem da democracia era completamente diferente entre os antigos: ao mencionar a democracia, pensavam em uma praça ou em uma assembleia, onde os cidadãos eram chamados para tomar as decisões que lhes correspondiam. “Democracia” significa o que a palavra quer dizer literalmente: poder do *dêmos*, entendido genericamente como “a comunidade dos cidadãos” (...). No famoso epitáfio de Péricles exaltam-se as pessoas que, além de seus interesses

privados, ocupam-se também dos assuntos públicos; e acusam-se cidadãos inúteis os que não se ocupam dessas incumbências.¹

Com a modernidade, a democracia adquiriu uma nova configuração. Os cidadãos deixaram de se encontrar na praça pública para discutir e votar os assuntos públicos, conforme o ideal de democracia direta. Então, os cidadãos de cada Estado passaram a votar em representantes para que viessem a exercer uma função pública de propor leis e governar a sociedade, realizando-se a democracia indireta.

Outra diferença entre a cidadania dos antigos para os modernos se dá na caracterização de quem pode ser cidadão. Enquanto que na antiguidade os cidadãos eram um grupo restrito de homens livres que se encontravam para fazer suas deliberações, na modernidade os cidadãos abarcaram um número maior de pessoas, tornando-se necessária a nomeação de representantes específicos para o exercício dos cargos públicos.

Apesar dessas modificações, a democracia e a cidadania, seja na antiguidade ou na modernidade, continuaram como conceitos entrelaçados. Com a derrubada da monarquia e a instauração da república, durante a Revolução Francesa, a cidadania foi elencada ao lado dos direitos do homem, mostrando a importância de assegurar a participação política dos membros da sociedade. Frequentemente através de ferrenhas lutas e reivindicações, o direito à cidadania deixou de ser algo exclusivo de homens livres, para ser assegurado também à mulher, ao pobre, ao indígena, ao negro, aos jovens etc.

No entanto, o direito à cidadania, mesmo que tenha sido considerado como um direito fundamental e assegurado pelas constituições dos Estados, enfrenta um grande desafio na atualidade. A grande mudança e instabilidade das instituições partidárias que articulam a forma de governo democrática, as crises econômicas e as instabilidades políticas, as guerras internas e externas, as grandes movimentações de migrantes e refugiados, tudo isso coloca em cheque o exercício da democracia e a garantia da cidadania de forma ampla e universal.

No momento em que a humanidade havia pensado ter atingido o clímax do desenvolvimento civilizacional, pôde acontecer que alguém viesse a perder totalmente os direitos emanados diretamente da natureza do próprio homem. Numa realidade em que não há mais um lugar “incivilizado” na terra, isto é, num “Mundo Único”, é possível ocorrer a perda do lar e da condição política de um homem, equivalendo à sua “expulsão da humanidade”². O ser humano que não é desejável nem pertence a nenhum Estado é expulso da sociedade. A novidade da situação dessa pessoa desprovida de direitos políticos está no fato de não pertencer a qualquer tecido social, nem conseguir encontrar um lugar na “família de nações”³.

A própria realidade mostrou a exclusão de grupos humanos do espaço público e sua resignação à vida privada abriu possibilidade para a total aniquilação dessas pessoas. Na história humana ocorreram atrocidades, como o caso dos genocídios, dos campos de concentração dos regimes totalitários. Esses campos representaram uma espécie de

1 BOBBIO, 2003, p. 244.

2 ARENDT, 1989, p. 330.

3 WINCKLER, 2001, p. 118.

laboratório do totalitarismo em que se verificou a crença de que tudo é possível e permitido, na sociedade moderna, pelos detentores do poder⁴. O totalitarismo contestou veementemente o valor da pessoa humana como fonte de direitos políticos, sociais e econômicos. Os seres humanos supérfluos e indesejáveis para a sociedade nazista tiveram sua cidadania privada, condição para o genocídio. Ainda hoje, a realidade continua mostrando que a aplicação dos direitos humanos se dá apenas a certos grupos de pessoas, os reconhecidamente cidadãos, e isso permanece como um problema para toda a humanidade, especialmente quando surgem pessoas a quem tais direitos não são assegurados, como o exemplo de refugiados em países onde há conflitos civis.

A situação de tantas pessoas excluídas da tutela dos direitos humanos e as crueldades cometidas pela sociedade ocidental contra essas pessoas levou Hannah Arendt a um novo conceito de cidadania. Para ela, a cidadania não era somente um direito ao lado dos demais direitos humanos, como a vida e a igualdade. Mas a cidadania deveria ser entendida como “um direito de ter direitos”⁵, “um direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada”⁶. Dessa forma, o conceito arendtiano de cidadania deve ser entendido como um requisito para a construção do espaço público pelos indivíduos. A cidadania se coloca como princípio para a participação de uma pessoa na comunidade política, ou seja, é um direito essencial para que ela possa exigir que lhe sejam assegurados os direitos fundamentais.

O que ela [Arendt] afirma é que os direitos humanos pressupõem a cidadania não apenas como um fato ou um meio, mas sim como um princípio, pois a privação da cidadania afeta substantivamente a condição humana, uma vez que o ser humano privado de suas qualidades acidentais – o seu estatuto político – vê-se privado de sua substância, vale dizer: tornado pura substância, perde a sua qualidade substancial, que é de ser tratado pelos *outros* como um *semelhante*.⁷

Em suma, a cidadania não é somente mais um direito fundamental, mas é o primeiro dos direitos humanos, o direito a ter direitos. A cidadania significa o pertencimento de uma pessoa a um corpo político, que venha garantir a todos os direitos fundamentais, a começar pela participação na comunidade política. No mundo em que há pessoas que não possuem nenhuma cidadania, surge o problema de se sustentar o discurso dos direitos humanos como universais e inalienáveis. Quando uma pessoa deixa de ser cidadã, ela deixa de ter os meios para exigir a observância de seus direitos, inclusive dos direitos mais fundamentais.

4 SOUKI, 2001, p. 109.

5 ARENDT, 1989, p. 330.

6 *ibidem*.

7 LAFER, 2001, p. 151.

2. A CIDADANIA NO ROL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A cidadania é um direito de inegável importância para a organização das diversas sociedades. Desde a antiguidade, aqueles a quem era atribuído o título de cidadão tinham o poder de falar na praça, propor algo no cenário público e debater sobre as leis da cidade. Com a sociedade moderna, a cidadania continuou tendo um valor fundamental, sendo considerada ao lado dos demais direitos humanos, como a liberdade e a igualdade.

Os direitos humanos foram afirmados, de maneira emblemática, no contexto da Revolução Francesa. Nesse momento, o ser humano procurou assumir sua maturidade, como a fonte de sua própria lei. Com a “Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão”, buscou-se reconhecer uma série de liberdades e garantias fundamentais aplicáveis a qualquer pessoa, independente de sua condição e de sua nacionalidade. Esses direitos foram uma proteção ao indivíduo, não importa o contexto, o lugar ou o tempo. Como eram concebidos como direitos inatos, verdades evidentes, deveriam ser a medida da comunidade política e dela independentes. Por isso, eles deveriam alcançar as pessoas em todas as circunstâncias em que se encontrassem⁸.

Essa Declaração, que marcou a história da humanidade, pressupõe a cidadania como um fundamento para a participação política. A cidadania está relacionada com a representação política e também com a produção de leis que balizam determinada sociedade. Observa-se que, nesse momento do século XVIII, o exercício da cidadania como forma de participação política ocorre através da representação, isto é, eleição de membros do povo que terão a competência de propor e estabelecer leis que servirão para todos. A efetivação do direito da cidadania, dessa forma, claramente fica atrelada à participação no processo de eleição dos representantes do povo.

Apesar dos desafios e das catástrofes enfrentados pela sociedade moderna ao longo de sua história, como no período das guerras do século XX em que diversas autoridades cometeram graves infrações contra os direitos humanos, esses direitos fundamentais continuaram a ser afirmados e defendidos por diversas instituições, tanto no âmbito nacional como internacional. Após a Segunda Guerra Mundial, com a formação da Organização das Nações Unidas, os direitos humanos foram formalmente estabelecidos em sua carta de fundação e também têm sido uma forte bandeira que marca a atuação dessa instituição. No documento de 1948, seu Artigo Primeiro estabelece que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”⁹. Além disso acrescenta que todos devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. Observa-se que, a questão da igualdade, dignidade e da fraternidade continuam como marcas universais e inalienáveis dos direitos humanos.

O direito à cidadania permeia todo esse documento. Quando se afirma que os seres humanos devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade, mostra-se que a participação política deve ser um meio para efetivar essas relações. Além disso, no

8 WINCKLER, 2001, p. 115.

9 ONU, 1948.

Artigo 21, sobre a participação dos indivíduos no âmbito da política, estabelece-se que todo ser humano pode tomar parte do governo, seja diretamente ou através de representantes: “Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos”¹⁰.

Esses preceitos afirmados no cenário internacional serviram de inspiração e motivação para sua repercussão nos documentos constitucionais de cada país. A Constituição Federal Brasileira de 1988 seguiu essa orientação e estabeleceu, em seus primeiros artigos, uma série de preceitos para garantir os direitos humanos. No caso específico da cidadania, esse direito ganhou um grande destaque, uma vez que foi reconhecido no primeiro artigo da Constituição, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.¹¹

A cidadania, como um dos fundamentos do Estado Brasileiro, representa um importante direito fundamental. Ela pode ser vista, simultaneamente, como um *status* do ser humano, reconhecendo cada pessoa como sujeito de direitos, e também como um objeto das pessoas¹². Ao lado de tantos outros importantes fundamentos, como a soberania e a dignidade da pessoa humana, a cidadania é afirmada como uma forma de garantir que todos os brasileiros tenham condições de terem voz no espaço público.

Para a efetivação da cidadania como um princípio, a própria Constituição, no Capítulo IV que versa sobre os direitos políticos, observam-se os critérios para o exercício da cidadania, assim como os casos em que o exercício da cidadania pode ser restringido. O Artigo 14 da Constituição Federal estabelece que a cidadania, como a participação política a ser garantida a todos os brasileiros, coincide com a soberania popular, isto é, uma participação que se dá através do sufrágio:

10 *ibidem*.

11 Constituição Federal de 1988.

12 MORAES, 2003, p. 60.

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.¹³

Nos parágrafos seguintes desse mesmo artigo, a Constituição estabelece os casos em que os cidadãos brasileiros podem exercer seu direito ao voto, a cidadania ativa, e também os casos em que podem concorrer aos diversos cargos eletivos, a cidadania passiva. O alistamento eleitoral se torna uma obrigação para todos os cidadãos a partir de seus 18 anos, mas se mantém facultativo para aqueles que têm ainda 16 anos, para os analfabetos e para os maiores de 70 anos. Nos parágrafos seguintes, o artigo em referência elenca os diversos critérios para o exercício da cidadania passiva, a elegibilidade para cargos políticos, como a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, a filiação partidária, entre outros.

Uma marca presente no direito à cidadania que perpassa por tais mudanças sociais é a questão do sufrágio. Na antiguidade, os cidadãos votavam diretamente nos assuntos pertinentes a toda sociedade. Com a modernidade, os cidadãos passaram a votar em representantes para governar e elaborar as leis para todo o povo. Tanto num como noutro momento, o sufrágio é um forte símbolo do exercício da cidadania. Dessa forma, verifica-se um forte entrelaçamento entre democracia, cidadania e sufrágio.

O sufrágio, que hoje é considerado o fato mais relevante de uma democracia, é o voto dado não para decidir, mas sim para eleger quem deverá decidir. Quando descrevemos o processo de democratização que teve lugar no século passado nos diversos países que hoje se chamam democráticos, fazemos referência à progressiva ampliação, mais rápida ou mais lenta conforme o país, do direito de eleger representantes, ou à expansão do procedimento eleitoral em partes do Estado como a Câmara Alta, cujos membros eram tradicionalmente nomeados pelo soberano.¹⁴

Assim, o direito à cidadania é assegurado de forma emblemática através do sufrágio. Nas constituições democráticas, é garantido o sufrágio universal, segundo o qual, nos tempos de eleição, todos aqueles que possuem capacidade política passiva podem votar naqueles que se colocam como candidatos a ocupar determinados cargos públicos.

13 Constituição Federal de 1988.

14 BOBBIO, 2003, p. 243.

3. A RELAÇÃO ENTRE CIDADANIA E JUVENTUDE

A cidadania, na Constituição Federal e também nos principais tratados internacionais, é considerada um direito fundamental para garantir a participação política nas sociedades que se organizam através do contrato social. Esse princípio basilar da sociedade moderna é efetivado, nas democracias representativas, por meio do sufrágio, isto é, o exercício da cidadania se dá especialmente quando cada pessoal vota em seus representantes ou é votado para concorrer a cargos eletivos, além das demais formas de participação política por vias diretas.

No entanto, o exercício da democracia que ocorre através do voto enfrenta um importante questionamento quando se depara com a situação da juventude. Há jovens na sociedade, aqueles que são brasileiros e que têm mais de 18 anos de idade, que perfeitamente podem participar do processo eleitoral, votando e recebendo votos, excetuando-se os casos em que a Constituição estabelece os casos de inelegibilidade. Mas há alguns jovens que devem ser reconhecidos como cidadãos, só que não podem exercer o direito ao voto nem ser votados. Trata-se, sobretudo, daqueles que ainda não completaram 18 anos e também dos que não são cidadãos brasileiros.

Aquelas pessoas que ainda não podem exercer sua cidadania por causa da idade continuam sendo consideradas cidadãs. Os jovens com menos de 18 anos possuem uma dignidade como qualquer outra pessoa, são sujeitos de diversos direitos fundamentais, como a saúde e a educação. Acontece que esses jovens cidadãos ainda não podem exercer seu direito ao voto, sua cidadania ativa ou passiva, mas devem ter condições, por meio de seus representantes legais, para exigir que lhes sejam garantidos todos os direitos humanos. Mesmo que não participem do processo eleitoral, são pessoas que têm potencial para exercer tal direito em determinado momento.

Outro caso em que a questão da cidadania ganha uma complexidade especial é quando se trata dos estrangeiros. Um jovem brasileiro não tem condições de exercer o instrumento da cidadania, o voto, por causa de uma limitação constitucional, mas poderá exercer esse direito quando completar a idade exigida pelo ordenamento. Já o caso dos jovens estrangeiros é mais complicado. Eles não podem exercer o direito ao voto, não somente por causa da idade, mas porque somente os de nacionalidade brasileira é que podem participar do processo eleitoral.

Considerando que, nos últimos anos, o Brasil tem sido um importante lugar para onde imigram tantas pessoas, provindas de várias regiões do mundo, há de se questionar os empecilhos para a participação política dos jovens imigrantes que vivem aqui. Há uma questão complexa sobre o exercício e a garantia da cidadania aos jovens que não nasceram em terras brasileiras, mas que vieram para o Brasil, tiveram sua formação e grande parte de sua vida nesse país. Por que alguns jovens, por nascerem no Brasil ou serem provenientes de famílias brasileiras, um dia conquistarão o direito de exercer sua cidadania através do voto, enquanto que tantos outros jovens, que também vivem há muitos anos aqui, mas não nasceram no Brasil, estão impossibilitados de participarem de importantes discussões políticas por não terem um título de eleitor brasileiro?

Essa questão poderia ser facilmente respondida ao se observar a Constituição Federal. Do mesmo jeito que ela limita a idade para o exercício do direito ao voto, facultativo para quem tiver entre 16 e 18 anos e obrigatória para os maiores de 18 anos, o preceito constitucional limita a cidadania aos nacionais brasileiros. No entanto, o problema desses jovens imigrantes, que saem de suas terras em busca de melhores condições de vida, fugindo de situações de guerra, opressão ou miséria, ao chegarem aqui, ficam impedidos de participar do principal instrumento da cidadania.

A situação de jovens a quem deveriam ser garantidos os direitos mais fundamentais de cada pessoa, como a cidadania e a dignidade, mas que não podem participar do sufrágio, colocam em questão a efetivação de seus direitos humanos. A cidadania é um dos fundamentos das sociedades modernas e do Estado brasileiro, mas não pode ser um princípio limitado somente ao sufrágio. A participação no processo eleitoral é um importante instrumento de exercício da cidadania, uma vez que o Brasil se configura como uma democracia representativa. Entretanto, por se tratar de um fundamento, a cidadania ultrapassa o direito ao voto. Ela também deve tanger outros âmbitos dos direitos humanos, como os direitos individuais, a igualdade e a liberdade nos seus mais diversos sentidos, também os direitos sociais, a educação e a saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidadania é um direito e um importante direito na configuração e na organização das sociedades. Desde a antiguidade, o cidadão era aquela pessoa que tinha o direito de participar dos debates públicos, na praça, e decidir sobre as questões pertinentes a toda cidade. Com a modernidade, a cidadania também continuou sendo entendida como a participação política de um povo, tendo como principal instrumento o sufrágio, ou seja, o direito de escolher os representantes políticos e também de concorrer a cargos eletivos.

No entanto, a cidadania não pode ficar reduzida somente ao sufrágio. Como se observa no caso de jovens que ainda não podem exercer seu direito ao voto e também nos casos dos jovens imigrantes que são impedidos de participar do sufrágio, a cidadania precisa ser reconhecida como um princípio para a sociedade, o direito a ter direitos. Dessa forma, a cidadania, sobretudo para a juventude, deve ser entendida preferencialmente como uma forma de lhes garantir importantes direitos humanos, como a dignidade e a liberdade, a saúde e a educação. Essa consideração abre margem para aprofundar o significado da cidadania como um princípio para se assegurar os demais direitos fundamentais de qualquer pessoa, especialmente para a juventude.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo* – Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BOBBIO, Norberto. A democracia dos modernos comparada com a dos antigos (e com a das gerações futuras). In: *Norberto Bobbio: o filósofo e a política: antologia*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2003, p. 243-257.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: USP, 2001.

MORAES, Alexandre de. *Direitos humanos fundamentais*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> >. Acesso em 8 dez. 2014.

SOUKI, Nádia. “Hannah Arendt e o paradigma do anti-Estado”. In: AGUIAR, Odilio Alves (org.). *Origens do totalitarismo: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: RelumeDumara, 2001, p. 103-114.

WINCKLER, Silvana. “A condição jurídica atual dos imigrantes no cenário internacional à luz do pensamento de Hannah Arendt”. In: AGUIAR, Odilio Alves (org.). *Origens do totalitarismo: 50 anos depois*. Rio de Janeiro: RelumeDumara, 2001, p. 115-129.

O MOVIMENTO #OCUPAESCOLA E A MÍDIA: VISÕES DICOTÔMICAS¹

*Raimundo Justino da Silva - mestrando em Estudos Culturais / rj.pj@ig.com.br
Alexandre Ramos dos Santos - mestre em Estudos Culturais / alexandresociologia@usp.br
Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP)*

Resumo: Este artigo pretende analisar a cobertura da mídia em torno da denominada proposta de reorganização escolar, transmitida pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), na segunda metade do ano de 2015, assim como a repercussão entre os estudantes da rede.

Estabelecemos três etapas para este estudo: a) o plano da Secretaria de Educação – a partir dos pronunciamentos públicos do secretário e de seus assessores; b) a mobilização opositora dos estudantes – características do movimento e sua amplitude; e, c) o tratamento dado pelos meios de comunicação ao fato - leitura crítica de dois canais de comunicação Folha de São Paulo e Jornalistas Livres.

Nosso estudo procurou compreender quais foram os elementos determinantes para o surgimento do movimento dos estudantes e para o recuo do governo do Estado de São Paulo. Compreendemos que a insatisfação demonstrada pelos estudantes, - que resultou em ocupações de escolas e manifestações pelas ruas da cidade - deve-se muito mais do que apenas uma oposição ao plano de reorganização em si; deve-se a uma leitura crítica de parte dos alunos sobre suas condições de estudo e sobre o significado da escola.

Por outro lado, percebemos que a cobertura tanto dos jornais mais estruturados quanto das mídias mais alternativas corroborou para que o governador do Estado de São Paulo revisasse seu posicionamento e suspendesse o seu plano de reorganização escolar.

HISTÓRICO: O PLANO DE REORGANIZAÇÃO E AS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS

No dia 23 de setembro de 2015, o então secretário da educação Herman Voorwald anunciou, em entrevista ao vivo, no jornal matutino SPTV da Rede Globo, as mudanças advindas da chamada “reorganização escolar”.

A proposta, que até então não havia chegado ao conhecimento de professores, pais e alunos, estabelecia como objetivo central, segundo a palavra do secretário da educação, segmentar as escolas, ou seja, a separação de alunos em escolas por segmento, criando escolas específicas para o Ensino Fundamental (E.F.) e Ensino Médio (E.M.), com foco numa gestão mais simples e direcionada para cada ciclo. Ainda, segundo o secretário da educação, haveria na rede estadual de ensino, uma série de escolas com salas ociosas.

¹ Artigo apresentado no Simpósio Nacional: Aproximações com o mundo juvenil, realizado pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), entre os dias 28 a 30 de Janeiro, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Em pronunciamento oficial², o secretário afirmou que 1.464 participariam do processo de reorganização, sofrendo mudanças de ciclo; gerando uma “movimentação” de 311 mil alunos; 74 mil professores; envolvendo 192 municípios; e, utilizando 2.956 salas ociosas, representando 103 escolas. Em todo o discurso, a base de tal mudança fundamenta-se no Saresp (avaliação anual dos alunos) e na menção aos estudos feitos pelas Diretorias de Ensino³ (D.E.) de cada região que, ainda, segundo o secretário, dialogaram com escolas, professores, pais, grêmios estudantis e toda a comunidade do entorno.

Durante o processo, a mídia tradicional serviu de base para as informações das ações tomadas pela Secretaria da Educação, como no caso do anúncio do fechamento de 94 escolas, que seriam “disponibilizadas” para rede municipal, a implantação de escolas técnicas, centro de línguas ou ensino de jovens e adultos (E.J.A.). Destas 94 escolas, 55 estariam localizadas na grande São Paulo e 25 na capital⁴.

Nesse cenário de incertezas, no dia 09 de novembro a primeira escola é ocupada, no município de Diadema. No dia 14 de novembro, a SEE-SP realiza o “Dia E”, para explicar as mudanças aos pais, porém, o número de escolas ocupadas e o clima de tensão aumentam. Em 23 de novembro, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) nega pedido de reintegração de posse ao governo do Estado; o número de escolas ocupadas cresce ainda mais.

O SARESP é aplicado sob forte tensão. Nos dias 24 e 25 de novembro, parte dos estudantes boicota a prova. O coletivo Jornalistas Livres divulga o áudio de uma reunião da Assessoria das SEE-SP com dirigentes regionais onde, um assessor da secretaria usa tom irônico e agressivo, convocando os funcionários das diretorias de ensino a uma “guerra contra os estudantes”.

No início do mês de dezembro, os estudantes mudam a estratégia do movimento e passam a travar os cruzamentos, principalmente na região metropolitana; a polícia age de forma truculenta e agressiva aos atos. O governador Geraldo Alckmin decreta, em Diário Oficial, mudanças administrativas que possibilitariam a reorganização; sobe para 200 o número de escolas ocupadas.

Em 04 de dezembro, o jornal Folha de São Paulo divulga pesquisa mostrando queda na popularidade do governador Geraldo Alckmin e um crescimento do apoio da população ao movimento dos estudantes. O governador recua, adiando a reorganização para 2017. O secretário da educação Herman Voorwald pede demissão; nenhum nome é cotado para substituí-lo e nenhum pronunciamento é dado a respeito da reorganização.

2 Pronunciamento concedido à imprensa na sede da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo (SEESP), em 27 de Outubro de 2015. Vídeo disponível em < <https://youtu.be/bj3VDitxvLk> >, acessado em 19 de Janeiro de 2015.

3 No estado de São Paulo são 91 diretorias de ensino, cada uma responsável por uma quantidade de escolas, que pode variar dependendo do tamanho da região.

4 “Veja quais são as 94 escolas que serão ‘fechadas’ no Estado de SP” – notícia do site do jornal Folha de São Paulo de 28 de Outubro de 2015, em < <http://migre.me/sK1Yk> >, na reportagem, as falhas da reorganização são apontadas, como o fechamento de escolas com a média de 30 alunos por sala; a transferência de alunos portadores de necessidades especiais, para locais distantes; e, a comunicação de última hora aos gestores das escolas envolvidas. Acessado em 19 de Janeiro de 2015.

GRUPO FOLHA E JORNALISTAS LIVRES: UM BREVE HISTÓRICO

A história do Grupo Folha de São Paulo inicia-se em 1921, a partir do jornal Folha da Noite. Em 1925, é criado o jornal Folha da Manhã e, em 1949, o jornal Folha da Tarde. No início da década 60, ocorre a fusão dos três jornais, dando origem à Folha de São Paulo, passando pelo controle dos jornalistas Otavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. O jornal Folha de São Paulo passa a ser o mais vendido em todo o país, desde a década de 80, contando com uma tiragem atual de 320.741 exemplares⁵.

Atualmente, o Grupo Folha de São Paulo conta, além do jornal com tiragem diária, uma série de outros produtos, serviços e atividades como jornais complementares e de tiragem menor⁶; revistas, guias e livros⁷; oferece serviços de distribuição, edição e publicação⁸; empresa de pesquisa e agências de notícias⁹; e, uma série de empresas ligadas ao setor de informação e serviços oferecidos pela internet¹⁰. Em seu site institucional o Grupo Folha afirma, como princípios e valores, a independência, o espírito crítico, o pluralismo e o apartidarismo. Trabalhando, por meio de seu rentável e moderno conglomerado de empresas, o aprimoramento da democracia e da conscientização para a cidadania¹¹.

O coletivo Jornalistas Livres trabalha utilizando o esquema de *crowdfunding*, nome dado aos chamados financiamentos coletivos difundidos por meio de redes sociais da internet. É por meio desta ação que, segundo informações do site, o coletivo consegue pagar despesas de espaço físico e manter o funcionamento do site de notícias.

Por meio do perfil dos dois veículos, sendo o primeiro um conglomerado voltado para a indústria da comunicação, com um histórico e estrutura de funcionamento de uma empresa de grande porte, atribuímos a definição de um veículo de mídia tradicional. Enquanto, ao segundo grupo, o denominamos como um veículo de mídia independente. As diferenças desses dos veículos, no tratamento dado aos fatos e à informação, serão analisadas na sequência.

5 Informações coletadas no site do Grupo Folha de São Paulo <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml>>, acesso em 19 de Janeiro de 2016.

6 Além da Folha de São Paulo, o grupo conta com os jornais Agora, Valor Econômico e Alô Negócios (esse último em circulação no estado no Paraná).

7 A Revista São Paulo, Guia da Folha, Guia da Folha – livros, discos e filmes, Revista da Hora (produtos que acompanham os jornais do grupo) e o livros lançados pela editora Publifolha.

8 A Plural, a TransFolha, São Paulo Distribuição e Logística (SPDL) e a FolhaGráfica.

9 Acervo Folha, Datafolha, Folhapress, Banco de dados da Folha.

10 UOL, Shopping UOL, UOLDIVEO, UOL HOST, BoldCron, Colorcube Games, PagSeguro, TodoDesconto, BOL, Unicorn, Emprego Certo, UOL Link, UOL Megastore, Cobredireto, Gamérica, Zipmail, DHC, MetadeIdeal, Toda Oferta, Radar de descontos e Boa Compra.

11 <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/missao.shtml>>, acesso em 19 de Janeiro de 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO

Entendendo que alguns meios de comunicação tradicionais priorizam aquilo que é pregado como o “institucional” e colaboram na tentativa de uma imposição de uma *hegemonia cultural*, tomamos como uma das fontes a respeito do movimento #ocupaescola¹² algumas matérias da Folha de São Paulo.

Vejamos o primeiro exemplo:

12/11/2015

Jornal Folha de São Paulo

“Sobe para cinco o número de escolas estaduais invadidas na Grande SP”¹³

Este é o título da primeira reportagem sobre as ocupações, onde é importante ressaltar a força da linguagem. Desde os anos 90, quando os conflitos agrários passaram a ser mais visíveis no Brasil, há uma “briga semântica” sobre o significado de ocupar terrenos, fazendas, prédios, casas. Como no caso exposto, privilegia-se a ideia de *invasão*, ou seja, de que a partir do pressuposto de que tal espaço “tem dono”, a ação a qual se refere, aproxima-se mais de um crime do que de uma reivindicação social.

Ao longo da matéria o jornal descreve a ação dos estudantes, como a quebra de cadeados da escola e a reposição por outros; a descrição do plano de reorganização; os pronunciamentos da SEE-SP, que denomina o ato como um “movimento político-partidário”; e, no único parágrafo onde destaca o depoimento de um aluno, a reportagem o associa ao Movimento Passe Livre (MPL), que havia atuado nas manifestações de junho de 2013 contra o aumento da tarifa.

Na mesma data, o coletivo Jornalista Livres divulga, na rede social Facebook¹⁴, um vídeo gravado na escola estadual Salvador Allende Gossens, localizada na zona leste da cidade, o depoimento de uma aluna falando a respeito da organização. No vídeo, de aproximadamente um minuto, imagens do lado externo da escola são mostradas, assim como a presença de policiais. Durante o depoimento, a aluna faz crítica não apenas à proposta de reorganização, mas denuncia os problemas da unidade escolar.

12 A hashtag (#) é um símbolo característico dentro do universo das redes sociais da internet, sua utilização ocorre em conjunto com uma palavra-chave e serve para categorizar um conteúdo publicado, possibilitando dessa forma, uma interação dos conteúdos e das pessoas que realizam postagens a partir de um acontecimento, de um tema ou assunto. No caso da hashtag #ocupaescola, por exemplo, utilizada principalmente no Twitter, o objetivo era facilitar o acesso às informações daqueles que buscavam manter-se atualizados sobre o fato em questão.

13 <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1705449-sobe-para-cinco-o-numero-de-escolas-estaduais-ocupadas-na-grande-sao-paulo.shtml>

14 <<https://www.facebook.com/jornalistaslivres/videos/328426387281245/>>

13/11/2015

Jornalistas Livres

“Escolas ocupadas: a Fernão resiste”¹⁵

O título acima, referindo-se a uma reportagem, publicada no site do coletivo Jornalistas Livres, menciona a ocupação da escola estadual Fernão Dias Paes, localizado no bairro de Pinheiros. Na longa reportagem, com fotos, vídeos e depoimento de alunos, pais, advogados, a reportagem busca mostrar os diversos pontos do movimento, permitindo uma visibilidade maior dos atores envolvidos. Ao final, a reportagem destaca um vídeo onde um pai se coloca favorável ao movimento organizado pelos alunos. Em outro vídeo, intitulado Aniversário do Tales, a reportagem destaca um aluno recebendo da mãe, as felicitações pelo aniversário e pela atitude do filho em participar do movimento.

A escolha dos termos atribuiu características ora negativas, ora positivas ao movimento. No caso da reportagem do jornal Folha de São Paulo, a utilização do termo *invasão*, há uma carga de negatividade do ato, acompanhada de uma narrativa jornalística que destacara a quebra de cadeados, o controle do acesso às escolas ocupadas, o lamento de alunos que terão suas aulas prejudicadas por conta do movimento de outros estudantes da mesma escola. Em outras palavras, o termo *invasão* é relacionado a uma ação de uma massa, descontrolada, ameaçadora, ingênua, uma “ameaça perpétua à cultura”. Se antes o termo usado era “turba”, agora, diante da contestação do funcionamento de certos mecanismos de participação política, ela aparece com algo que segrega, já que representa sempre os “outros” e nunca “nós”, e é por natureza, violenta (WILLIAMS, 2011).

Mesmo quando as reportagens mostram falhas e a derrotas do governo na justiça, em virtude da proposta apresentada, os títulos das matérias apresentadas denotam uma dualidade de sentido, como no próximo exemplo.

17/11/2015

“Invasão de 25 escolas estaduais atinge ao menos 26 mil alunos em SP”¹⁶

Jornal Folha de São Paulo

Mesmo com a reportagem mostrando que, a pedido da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados (OAB), a escola Braz Cubas, localizada na cidade de Santos, não seria mais fechada; que a proposta atingiria cerca de 300 mil alunos; e, diante da pressão popular, a SEE-SP havia diminuído para 92 o número de escolas fechadas, os primeiros parágrafos da reportagem destacam os prejuízos que o movimento estaria causando, além de insistir no termo *invasão*.

Na contramão, os Jornalistas Livres publicam em seu site, um dia após a reportagem da Folha de São Paulo uma matéria que dará destaque aos nomes de cada escola ocupada e que, nos planos da Secretaria da Educação, correriam o risco de fechar.

15< <http://jornalistaslivres.org/2015/11/escolas-ocupadas-a-fernao-resiste/>>

16<<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1707369-invasao-de-25-escolas-estaduais-atinge-ao-menos-26-mil-alunos-em-sp.shtml>>

18/11/2015

“Salvador Allende, República de Cuba: os nomes das escolas que Alckmin quer fechar”¹⁷

Jornalista Livres

A reportagem destaca aos nomes das escolas, que em sua maioria são homenagens a professoras e professores, nomes emblemáticos para a história da educação, onde, no fechamento dessas instituições, reflete o descaso e desprezo com a história de cada uma delas, assim como sua importância para as comunidades atingidas.

Nesta mesma matéria, a Folha de São Paulo mantém duas características que nos permitem classificá-la como uma fonte conservadora de informação. A primeira, que nos remete a posição hegemônica-dominante descrita por Hall, é a de usar alguns infográficos para “explicar” ao leitor o caso. Porém, o que quase sempre ocorre é que além de o aspecto lúdico de tais gráficos reforçarem positivamente a visão institucional, eles não trazem nenhum contraponto (no nosso caso, por exemplo, o número de escolas que seriam fechadas).

30/11/2015

“Governo fará visitas a escolas ocupadas para tentar frear protestos”¹⁸

Jornal Folha de São Paulo

O último exemplo saiu no início da semana em que o governo recuou da proposta. A manchete, mais uma vez, nos dá elementos importantes de análise. Em primeiro lugar, um dia antes aconteceu uma reunião com assessores da SEE-SP e os dirigentes regionais onde, um dos assessores conclama os dirigentes a uma “guerra”¹⁹. Nem a manchete, nem a matéria dão a dimensão do ocorrido, ao contrário, a reportagem cita que Fernando Padula (o assessor envolvido) justificou o momento como uma “guerra de informações”.

Anteriormente, o jornal descreve que o governo faria um “mutirão” para entender a reivindicação de cada uma das escolas ocupadas e dá mais espaço para falas de Padula. A visão opositora, mais uma vez, ganha apenas uma linha: “Alunos, professores e movimentos sociais criticam a reorganização da rede proposta pelo governo”.

Este desequilíbrio, mediante o contexto em que ocorria o confronto entre estudantes e policiais nas ruas; diretores e funcionários da SEE-SP indo às escolas intimidarem alunos; boicote ao SARESP; e até mesmo uma mobilização maior da de outros meios de comunicação sobre o assunto, a ponto dos próprios auxiliares do governador Geraldo Alckmin reclamarem de estarem “dividindo o noticiário com os problemas do governo Federal”.

17 <<http://jornalistaslivres.org/2015/11/salvador-allende-republica-de-cuba-os-nomes-das-escolas-que-alckmin-quer-fechar/>>

18 <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1712776-governo-fara-visitas-a-escolas-ocupadas-para-tentar-frear-protestos.shtml>>

19 Esse áudio foi divulgado pelos Jornalistas Livres, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=-68qbymS6Xvc>>, acesso em 19/01/2015.

A ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIIS

O estabelecimento dos Estudos Culturais, como um novo campo de pesquisa das Ciências Humanas, estabelece-se a partir do surgimento do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), em 1964 na Universidade de Birmingham. Como prática intelectual, tem como principal metodologia contestar os limites socialmente construídos que, muitas vezes, restringem a produção acadêmica (MATTERLART, 2004).

A partir da década de 1970, os Estudos Culturais assumem a preocupação teórico-acadêmica em torno de assuntos como produtos da cultura de massa, o universo das práticas culturais populares e as denominadas “subculturas” jovens; temas como esse viram objeto de grande número de monografias dos CCCS. Uma das qualidades desses estudos reside na observação realizada nas pesquisas que, até então, levava a uma visão direcionada a um exotismo social (Idem, 2004).

No caso do movimento #ocupaescola o que se coloca debate, a partir da mobilização dos jovens, são direitos primordiais, ligados ao direito à educação, de preferência, de melhor qualidade, com possibilidade de intervenção e participação dos estudantes. Comentaremos alguns dos pontos mais importantes desse episódio à sombra de alguns conceitos dos Estudos Culturais.

Edward Palmer Thompson(1991), nome importante dentro dos Estudos Culturais, acrescenta importantes considerações a respeito dessa relação de poder do Estado sob a população. Thompson irá mencionar um “campo de forças” onde as disputa ocorre no campo cultural e rebaterá, igualmente, a noção de multidão passiva e ingênua. Na sua análise sobre a *gentry* inglesa e os plebeus, o historiador inglês dirá que, apesar de prevalecer o domínio da *gentry*, nos campos econômicos, políticos e culturais, havia uma cultura dos plebeus que, se não era resistente às formas tradicionais de dominação, tinham um *modus operandi* próprio.

No caso do movimento organizado pelos estudantes, os objetivos demonstraram-se ambiciosos: breçar ou anular uma decisão da política pública educacional do governo do estado de São Paulo, mesmo este contanto com alta popularidade e com o apoio da imprensa regional. Desse modo, podemos dizer que o desafio era combater uma *mentalité*, um *discurso tomado como legítimo e com materialidade*, que no caso era a proposta de reorganização da rede (THOMPSON, 1991).

O que o movimento #ocupaescola coloca em debate, para além das discussões sobre o plano de do governo, são temas importantes a serem discutidos dentro de um contexto da comunicação e informação, onde as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) têm um papel decisivo na democratização e no acesso à informação.

Novamente, retornamos ao tratamento dado pelo jornal Folha de São Paulo à ação do movimento como sendo de invasão do espaço público. As contradições e questionamento surgem a partir das ideias de Raymond Williams (2011), onde ele esclarece que, apesar da substituição do termo *turba* por *massas* ocorrer ao longo de um processo histórico, decorrente da industrialização, sua significância permaneceu a mesma. Todos os atributos negativos permaneceram, porém, desta vez, para ressaltar as massas como uma “ameaça perpétua à cultura”.

Williams chama a atenção para o caráter ambíguo do conceito massa, podendo ser apenas uma maneira de observação ou um preconceito. Os preconceitos surgem principalmente, quando as massas passam a exigir uma participação política, colocando em xeque a própria maneira como grupos enxergam a democracia. Na etimologia a palavra democracia significa sistema político em que o povo governa, porém, essa interpretação tem a característica negativa a partir do momento em que se insere o conceito de “democracia de massa”, mesmo que essa massa signifique a maioria. No caso, a maioria estaria ligada ao um alcance limitado, suficiente para garantir uma determinada ordem. A concepção que surge do conceito de massa estabelece um grau de separação, pois, representa sempre os “outros” e nunca “nós”, mesmo quando nos encontramos em meio à massa. No caso, mesmo que os jovens estivessem lutando por uma questão que afetaria diretamente outros 300 mil estudantes, além de pais e responsáveis, professores e demais funcionários públicos, não houve um reconhecimento da luta do movimento como luta da maioria, mas sim uma ação de um grupo extremo e descontrolado, aliando sempre com “alguma fórmula conveniente” (Idem, 2011).

Numa concepção vulgar, a democracia é vista como um consenso organizado e mediado pelo Estado. No caso do Estado São Paulo, um movimento que consegue ocupar 200 escolas, em um período de duas semanas, surge como uma afronta a ordem preestabelecida pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), sejam ligados ao Estado representando um dispositivo controlador e repressor ou às diversas instituições privadas que dominam o aparato ideológico, nesse caso, a mídia tradicional com seus jornais e programas televisivos. Mesmo com a união desses dois aparatos, não há a possibilidade de garantir uma unificação por meio da articulação manipuladora. Nesse ponto, Stuart Hall atesta o avanço no pensamento *althusseriano* em reconhecer não apenas a “diferença”, mas a “unidade *com* a diferença” (HALL, 2009, p. 154). A democracia pode ser vista como dissenso, muito mais do que uma unidade passiva.

Se as pessoas não podem ter a democracia oficial, elas terão a democracia não oficial, em qualquer de suas formas possíveis, desde a revolta ou rebelião armada, passando pela greve “não oficial” ou à restrição de mão de obra, até a forma mais silenciosa e mais alarmante – uma tristeza geral e a ausência de interesse (WILLIAMS, 2011, p. 340)

A crescente participação dos jovens no movimento, incluindo na pauta das discussões uma diversidade de assuntos relacionados à Educação, demonstraram que a massa não é tão passiva quanto se espera e que a efetividade do controle dos Aparelhos Ideológicos de Estado deve ser analisada com cautela. Recorremos a ideia de *tradição anônima* para descrever as ações juvenis, demonstrando as dificuldades que o poder público tem demonstrado de uma interlocução com as “lideranças” dos movimentos²⁰. Nesse ponto é importante ressaltar que,

20 Compreendemos que, embora tenha se caracterizado por seu ineditismo, este movimento de São Paulo é “herdeiro” de uma série de ações mais ou menos recentes no Brasil, como as Jornadas de Junho, os Movimentos de Moradia da cidade, e até mesmo de internacionais, como o [Occupy Wall Street](#) e a chamada Primavera Árabe.

a proposta lançada pela Secretaria da Educação, era mais que uma proposta, mas sim uma ação de fato, onde a divulgação ocorreu primeiramente pela mídia tradicional. Não houve um debate de fato, com os atores sociais envolvidos.

O que era transmitido pela mídia tradicional não correspondia ao que estava sendo transmitido por quem estava no calor dos acontecimentos, e não somente pelos relatos, mas, pelos vídeos veiculados, que não deixavam dúvidas, por exemplo, sobre a articulação dos jovens em um protagonismo decisivo para fortalecimento do movimento. Nesse sentido, o coletivo Jornalistas Livres, com uma proposta alternativa de registrar os fatos e acontecimentos, conseguiram dar a visibilidade necessária ao movimento.

Para terminar, trazemos também o conceito de *contrateatro*. Ao mesmo tempo em que a SEE-SP tentava a todo o momento, através da grande mídia, desqualificar e reduzir o movimento, os jovens estavam prontos para demonstrarem, principalmente por meio da mídia alternativa, o seu lado da questão. As *ameaças* e *sedições* promovidas e publicadas por eles colocaram, por diversas vezes, o governo estadual contra a parede. Um exemplo disso foi a promessa (cumprida) de aumentar cada vez mais as ocupações, à medida que a reivindicação (o cancelamento da reorganização) fosse ouvida.

A segunda característica é a do uso paradoxal da imagem e texto na construção de um discurso. Fica claro que os parágrafos (talvez pelo entendimento de que poucas pessoas leem tudo de forma atenta) descrevem um pouco mais a complexidade da situação e, que mesmo tendo uma posição, a Folha precisa o tempo todo recorrer ao “segundo a Secretaria de Educação”; no entanto nas imagens, o que predominam são visões negativas: cantos bagunçados da escola, carteiras empilhadas, presença de força policial, etc.. Imaginemos, então, qual é o impacto desse tipo de abordagem na grande maioria das pessoas que, de todo o conteúdo do jornal, apenas habituou-se à ler as manchetes...

Para Stuart Hall, a realidade na forma “discursiva” é traduzida em práticas sociais, para o circuito se completar e produzir efeitos (HALL, 2009, p. 366). A mensagem passa ter significado ou efeito, quando alcança o receptor (audiência), porém, na recepção da mensagem ocorre uma decodificação da mensagem que pode apresentar uma multiplicidade de significados, decorrente das práticas sociais no qual o sujeito se insere.

Antes que essa mensagem possa ter um ‘efeito’ (qualquer que seja sua definição), satisfaça uma ‘necessidade’ ou tenha um ‘uso’, deve primeiro ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada. É esse conjunto de significados decodificados que ‘tem um efeito’, influencia, entretém, instrui ou persuade, com conseqüências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais muito complexas. (Idem, 2009, 368)

O efeito decorrente da decodificação dos discursos está ligado a outros fatores que merecem uma análise ampla e criteriosa. No movimento, porém, ficou evidente que a

utilização das redes sociais da internet, onde o coletivo Jornalistas Livres possuem maior penetração e influência, talvez tenha sido decisivo para motivar outros jovens a participarem do movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho tem o caráter apenas introdutório para as questões em torno do movimento organizado, contra as medidas impostas pelo governo do Estado de São Paulo de reorganizar as escolas estaduais. Nesse sentido, podemos verificar que, o papel da mídia tradicional, representado aqui pelo conglomerado de comunicação do Grupo Folha de São Paulo, demonstrou uma atitude passiva e parcial, ao não relegar ao movimento a devida importância, sobretudo, destacando-o, a partir dos termos utilizados, como um movimento invasor, orquestrado por interesses político-partidários e não dando voz aos protagonistas. Ao contrário, nas matérias analisadas, denotava sempre uma dualidade no texto, onde o espaço cedido às posições do governo do Estado de São Paulo era sempre privilegiado.

Nesse sentido, o trabalho organizado pelo coletivo de mídia intitulado Jornalistas Livres, mostrou-se importante para o movimento dos estudantes, dando aos jovens envolvidos e à questão que estava sendo discutida, a atenção necessária.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado in: **Um mapa da ideologia**, São Paulo, Ed, Graal, 1985

HALL, Stuart. Codificação/Decodificação, in: **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

THOMPSON, Edward P. Patrícios e plebeu, in: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011

MATTERLART, Armand e NEVEU, Érik. **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004

JUVENTUDES E DIFICULDADES EDUCACIONAIS: EFEITOS E DESCONTINUIDADES NOS PROGRAMAS QUE AMPLIAM O ACESSO AO SISTEMA SUPERIOR DE ENSINO

Yasmin de Moraes Borges
Mestrando PPGEdu – UNIRIO
yasmin.m.b@hotmail.com

Eduardo Silva dos Santos
Mestrando PPGEdu - UNIRIO
edaiores@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Na última década, percebemos um número crescente de políticas públicas que trouxeram como meta a ampliação de acesso ao ensino superior, concomitantemente vemos nos últimos anos diversas políticas no âmbito educacional sofreram grande inflexão e, certamente, a educação superior é das mais proeminentes. Isso não apenas se olharmos os números crescentes, principalmente no que diz respeito ao acesso – ao número de matrículas – mas também para as controvérsias que tem gerado acerca da forma como vem ocorrendo, e de como são concebidas estas políticas, como diversos autores tratam por uma concepção “neoliberal humanizada” e ganham forma, na maior parte das vezes, nos programas levados a cabo pelo governo federal.

Grande parte do público alvo dessa política de ampliação de acesso são os jovens brasileiros que estão à margem do ensino superior, sujeitos que tem como um dos seus grandes entraves a garantia do seu direito a educação. Não é por acaso que das diversas políticas públicas que estão sendo lançadas nos últimos anos com enfoque nos jovens a sua grande maioria são voltadas para o campo educacional, sendo considerada a primeira grande política pública nacional para os jovens o ProJovem, que tem como objetivo fornecer formação aos jovens e uma melhor entrada no mundo do trabalho.

Sendo assim, será abordado, de forma breve, o conceito geral sobre juventude para situar nosso entendimento dentro do campo de estudos das juventudes e em seguida a trajetória histórica e educacional do referido nível de ensino, analisando os acontecimentos desde a criação da Universidade. Em um segundo momento, apresentaremos o avanço das políticas públicas voltadas para a Educação Superior, a criação de inúmeras leis para respaldar essas conquistas, mais especificamente, as implementadas nos governos Lula como meio de facilitar o acesso. Finalizaremos com a explanação da política pública específica, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), responsável pela maior parcela do número de matrículas no âmbito da expansão do ensino superior, que teve expressivo aumento nos últimos anos, expondo sua influência no contexto da história recente da Educação Superior no Brasil.

JUVENTUDES COMO CAMPO DE ESTUDO

Início com um alerta sobre a dificuldade que é precisar o termo juventude, pois, sua casualidade contemporânea faz com que pareça um termo simples, que todos conhecem, suscitando generalizações e perdendo de vista as distintas condições históricas e sociais em que esses sujeitos se produzem. Abramo (2005), nesse sentido, faz uma afirmação muito feliz, ao ressaltar que a simplicidade que o termo aparenta ter não se traduz na prática ao conceituá-lo.

Juventude é um desses termos que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas e assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer, normalmente reclamações indignadas ou esperanças entusiasmadas. (...) no entanto, quando se busca precisar um pouco mais o próprio termo, as dificuldades aparecem, e todo o seu aspecto impreciso e escorregadio toma relevo. Muito do que se escreve na academia sobre juventude é para alertar para os deslizos, os encobertamentos, as disparidades e mistificações que o conceito encerra (...) (*Ibidem*, 2005, p.37).

Não há uma única definição do que é juventude, há, portanto, significados e formas múltiplas de ser jovem. As diversas definições nos permitem construir novas interrogações. Apesar da variedade de definições e das disputas conceituais, construiremos a argumentação a partir de referenciais escolhidos que corroboram com a ideia de sujeitos integrais, ou sujeitos de direitos, sujeitos que não se constituem apenas como sujeitos futuros, mas que possuem demandas e necessidades presentes que não apenas formativas para uma identidade futura. Mais especificamente, e seguindo o alerta de Miguel Abad (*apud* ABRAMO, 2006), “os processos que marcam a juventude como singularidade, abrindo para os jovens dificuldades e possibilidades específicas, e não somente o modo pelo qual os jovens deixam de ser jovens” (p.45).

Associo-me a ideia de jovens sujeitos integrais de direitos para definir e delimitar nosso objeto de estudo. Ainda que esta definição não encerre todas as especificidades do termo, guia ao longo deste trabalho a partir de uma compreensão abrangente de juventude que ultrapasse a ideia de transitoriedade no sentido restrito do termo, mas entendendo como uma singular etapa da vida e tão importante quanto as demais etapas, como chama atenção Krauskopf (2003):

Porém, o período juvenil não deve ser pensado como uma mera transição, mas como um período de desenvolvimento que tem a mesma importância que as demais etapas do ciclo vital, que nunca foram chamadas de transitórias (*Apud* Novaes, 2014).

Um segundo momento importantíssimo é compreender que juventude não é um termo singular, diversos autores contemporâneos caminham na perspectiva de apontar

várias juventudes. Como Abramovay e Esteves (2009), que nos mostram que existem diversos sujeitos compreendidos dentro desse campo com diversas formas de se produzir como sujeitos e vivenciar esta condição.

Por exemplo, um jovem de uma família tradicional consegue vivenciar uma trajetória juvenil que será diferente da vivenciada por um jovem de família não tradicional, da mesma forma que um jovem negro da periferia vivencia uma juventude que não é igual à de um jovem que vive na área nobre da cidade. Entender essas condições diferentes é entender que há diversas formas de se viver a juventude. Por isso ao tratarmos o termo “juventude”, busco acentuar a perspectiva que aponta para a pluralidade, o caráter múltiplo do “ser jovem”, na contemporaneidade, revelando mais uma variada forma de se produzir essa condição que ultrapassa a ideia de um estado homogêneo determinado apenas pela faixa-etária instituída¹, porém não percebido socialmente, ao encontro da perspectiva apontada por Abramo (2005):

(...) Se há tempos atrás todos começavam seu textos a respeito do tema da juventude citando *Bourdieu*, alertando para o fato de que a “juventude” podia esconder uma situação de classe, hoje o alerta inicial é o de que precisamos falar de JUVENTUDES, no plural, e não juventude, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição. Esta mudança de alerta revela uma transformação importante na própria noção social: a “juventude”, mesmo que não explicitamente, é reconhecida como condição válida, que faz sentido, para todos os grupos sociais, embora apoiada sobre situações e significações diferentes. Agora a pergunta é menos sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, e mais sobre os diferentes modos como tal condição “é” ou “pode” ser vivida. (ABRAMO, 2005, pag. 43-44)

Margulis e Urresti (2000) também ressaltam as limitações que a palavra “juventude” no singular carrega, demonstrando que o termo que se apresenta simples, torna-se uma armadilha se não for questionado:

Esa palabra, cargada de evocaciones y significados, que parece autoevidente, puede conducir a laberintos de sentido se no se tiene en cuenta la heterogeneidad social y las diversas modalidades como se presenta la condición de joven. Juventud es un concepto esquivo, construcción de edad. Cada época y cada sector social postula formas de ser joven. Hay muchos modos de experimentar la juventud, y representar la persona en las múltiples tribus que emergen en la estallante socialidad urbana (MARGULIS e URRESTI, 2000, p. 11).

¹ No Brasil, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm;

Um conceito fundamental para aprofundarmos nosso entendimento no campo da juventude é a noção de condição juvenil, reafirmando a juventude como momento reconhecido socialmente. Entendida como uma etapa do ciclo da vida que liga a infância; o tempo do desenvolvimento de suas aptidões físicas, emocionais e intelectuais; tempo de proteção e dependência do outro; transição para a fase adulta; fase na qual, em tese, há o pleno gozo das funções intelectuais, culturais, produtivas e reprodutivas, que se participa socialmente nas tomadas de decisões. Ou seja, nessa concepção, a juventude é uma fase da vida que está situada entre as margens da dependência infantil e da autonomia adulta.

Assim, buscamos evidenciar juventude como fase de transição relacional, divergindo da ideia de juventude como fase de transição restrita; ressalte-se que esta última ideia foi a que embasou durante muito tempo diversos olhares que buscaram evidenciar a juventude como um vir a ser somente, percebendo os jovens como sujeitos não integrais. Ou seja, tornando-os alvos de propostas e políticas que os abarcam não como sujeitos sociais de direitos, mas futuros cidadãos – vir a ser sujeito de direitos. Propostas que acabaram por sempre projetar e ampliar a sombra de um futuro, escondendo suas identidades presentes.

Desta forma, podemos afirmar que existem uma série de fatores que substanciam a condição juvenil contemporânea. Diversos autores têm apontado que a ampliação do acesso a escolarização por meio das políticas públicas de expansão e universalização da educação básica no Brasil tem sido um fator importante na própria universalização da ideia de juventude como etapa socialmente aceita em todas as classes e grupos sociais.

BREVE PANORAMA HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL

No que se refere ao âmbito educacional, é notório que o Brasil, ainda hoje, precisa melhorar em muitos aspectos. Inicialmente, as dificuldades de possíveis avanços no que se refere à esfera universitária ocorreram pelo simples fato de desinteresse da coroa portuguesa, sendo a educação relegada à igreja Católica, e os únicos cursos disponíveis eram os de filosofia e teologia, orientados pelos jesuítas.

A chegada da coroa Portuguesa no Brasil, nos anos de 1808, trouxe consigo a necessidade da criação de instituições de ensino superior, o que no Brasil, ao longo do período imperial, ocorrerá de forma incipiente, principalmente, se olharmos o volume e a diversidade de instituições e cursos criados – marcadamente se comparado as repúblicas vizinhas que sofreram colonização espanhola. Desta forma, o que se estabelecerá serão faculdades isoladas, notadamente as de Medicina, Direito e Engenharia, com dinâmica restrita, conforme nos fala Anísio Teixeira:

Nenhuma dessas escolas era de tempo integral, ministrando apenas cursos geralmente um único, cada escola - de tempo parcial, consistindo de “aulas” de uma relação de matérias, que constituía o currículo, ensinadas isoladamente e sem outra conexão entre

elas além da que pudesse decorrer de possível dependência entre o ensino de uma e outra, ou do ensino de um ano para outro. Entre os professores, a despeito do possível laço de interdependência, não havia entendimentos nem reuniões, salvo a aprovação formal dos programas individuais de ensino.

Geralmente, as aulas em cada matéria eram três por semana. Além das aulas, o único outro recurso didático era o de exames e, por vezes, provas parciais.

É evidente que semelhante método de ensino, sem dizê-lo expressamente, apoiava-se numa filosofia de auto-aprendizagem, competindo ao professor expor a matéria, se possível, clara e estimuladamente, e ao aluno estudar por si e sem auxílio do mestre, que apenas podia aplaudi-lo, ou recusá-lo nos exames. Geralmente, o aluno não tinha, também, qualquer convívio organizado com o outro aluno, havendo alguns que procuravam estudar juntos, mas quase sempre nas vésperas dos exames ou provas (1989, p.89).

A organização e expansão do ensino superior, no Brasil, se dará, desta forma, através da instauração de Faculdades e Escolas de Ensino Superior – voltadas muito mais para o ensino do que para o desenvolvimento de pesquisa. Mesmo com a proclamação da República, em 1889, as discussões acerca da criação de Universidades continuam sem repercutir em ações efetivas. Os políticos da época, deputados constituintes, objetivavam a criação de novas instituições em Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, São Paulo, entre outros Estados, no entanto, enfrentaram problemas de ordem financeira, devido a maior parte da receita orçamentária da época ser destinada ao pagamento da enorme dívida externa, já existente nesse momento histórico.

Já no século XX, na Era Vargas, que pela primeira vez ocorre uma ação visando à organização, em esfera nacional, da Educação Superior – não descartando a criação de nossa primeira universidade “oficial” em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, resultado do Decreto nº 14.343, ainda sobre o molde mais de uma confederação de escolas isoladas de ensino superior do que de universidade. Não obstante, ainda serão poucas experiências que se afirmarão institucionalmente – como é o caso da Universidade de São Paulo.

De acordo com Aranha (1996, p. 201): “Os decretos de Francisco Campos imprimem uma nova orientação, voltada para maior autonomia didática e administrativa, interesse pela pesquisa, difusão da cultura, visando ainda ao benefício da comunidade”. O decreto nº. 19.851/1931 cria o Estatuto das Universidades Brasileiras. Com isso, através do documento legal objetiva-se regulamentar o ensino superior no Brasil, tendo como finalidade:

Art. 1º O ensino universitario tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaesquer

domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de actividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, emfim, pela educação do indivíduo e da colectividade, pela harmonia de objectivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as actividades universitarias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.

Art. 2º A organização das universidades brasileiras attenderá primordialmente, ao critério dos reclamos e necessidades do paiz e, assim, será orientada pelos factores nacionaes de ordem psychica, social e economica e por quaesquer outras circumstancias que possam interferir na realização dos altos designios universitarios.

Art. 3º O regimen universitario no Brasil obedecerá aos preceitos geraes instituidos no presente decreto, podendo, entretanto, admittir variantes regionaes no que respeita á administração e aos modelos didacticos.

Art. 4º As universidades brasileiras desenvolverão acção conjuncta em benefício da alta cultura nacional, e se esforçarão para ampliar cada vez mais as suas relações e o seu intercambio com as universidades estrangeiras. (Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931)²

O governo Vargas, foi responsável – na época – pela ampliação do ensino superior gratuito, e por grande parte das Universidades Federais. Neste período também foram criadas as agências governamentais no nosso país, tais como CNPq e Capes. Em 1946 com a redemocratização do país, ou seja, decadência do governo ditatorial de Getúlio Vargas ocorre a luta por uma nova educação, resgatando ideários como o dos que teve como marco os “pioneiros da educação nova”.

Com a ditadura militar a Reforma Universitária, antes defendida pelo Movimento Estudantil (UNE), foi de modo equivocado incorporada pelo governo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 trouxe avanços para a educação, porém desde sua primeira versão, deixou clara a inserção da iniciativa privada.

Durante a ditadura militar a educação sofreu duas grandes reformas, em 1968 e 1971, precedidas, porém pelos acordos MEC-Usaid (Ministério da Educação e Cultura e United States Agency for International Development) onde o Brasil receberia apoio técnico e financeiro para implementar as reformas. Sendo que tais reformas visavam atrelar o sistema educacional brasileiro ao modelo econômico dependente de interesse norte-americano, onde para tal são geradas mudanças na LDB. (SURUAGY, 2005).

² Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html> (acessado em: 10/07/2015).

O relatório Atcon (Rudolph Atcon, teórico norte-americano), bem como o Relatório Meira Matos (coronel da escola superior de Guerra) fundamentaram a Lei nº 5.540/68 trazendo para a Reforma Universitária brasileira uma finalidade americana.

A reforma acaba com a cátedra, unifica o vestibular passando a ser classificatório, aglutina as faculdades em universidade, visando uma maior produtividade com a concentração de recursos, cria o sistema de créditos, permitindo a matrícula por disciplina, além de, segundo Aranha (1996, p. 214), a nomeação dos reitores e diretores de unidade (esta agora dividida em departamentos) dispensa a necessidade de ser do corpo docente da universidade, podendo ser qualquer pessoa de prestígio da vida pública ou empresarial. (SURUAGY, 2005).

Apesar das significativas alterações no nível superior de ensino no Brasil nos anos de 1960, a divisão entre o ensino formal da elite e o ensino formal das classes menos favorecidas permanece. Pode-se dizer que a elite ocupava as vagas das universidades públicas, enquanto que secundariamente as classes menos favorecidas ocupavam as universidades particulares, de baixa qualidade acadêmica ou quando cursavam uma faculdade em universidade pública tratava-se de um curso pouco concorrido, de pouco prestígio social.

A década de 1960 traz assim um marco na privatização do ensino superior, de modo que a verba pública passa a se destinar principalmente para fins da iniciativa privada. Tal atitude continuou a vigorar nas posteriores décadas.

Já na década de 1990, no então governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Ensino Superior de modo amplo sofre uma crise; falta de verba orçamentária, ausência de professores, funcionários, concursos, e licitações de um modo em geral. Em 1996, ano da criação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Ministro da Educação, da época, Paulo Renato de Souza³, ratificou as bases para uma reforma Universitária orientada pelo Banco Mundial, são estes:

- 1) Avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos (Provão);
- 2) Autonomia Universitária; e 3) Melhoria do Ensino, através do Programa de Gratificação e estímulo à Docência/GED). Pilares estes que apontam para a consolidação do projeto neoliberal que tem a sua maior expressão nas propostas apresentadas para “autonomia universitária”, que em resumo consolidam a intenção de privatização da universidade pública brasileira, descomprometendo o Estado com o seu financiamento. (SURUAGY, 2005).

Depois de realizada uma discussão acerca da criação da universidade no Brasil ao longo desses anos, será trabalhada nesse momento a reforma no governo do presidente da época Luiz Inácio Lula da Silva. Após a crise do governo FHC, além da expansão contamos

³ Economista e político brasileiro. Importante ressaltar como a Educação encontra-se entregue a economistas, administradores e juristas, de modo que os educadores não se encontram participativos nas tomadas de decisão.

com a criação de inúmeras medidas legais para garantir não só o aumento nos números de matrículas, mas também proporcionar medidas para que essa expansão tivesse o mínimo de eficácia. Para demonstrar como se efetivou a reforma da educação superior no governo Lula, cabem destacar algumas ações, concretizadas nos textos normativos citados a seguir:

- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).
- Decreto Presidencial nº 5.205, de 14 de setembro de 2004, que regulamentou as fundações de apoio privadas no interior das instituições federais de ensino superior.
- Decreto Presidencial nº 5.225, de 1º de outubro de 2004, que dispôs sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica.
- Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a chamada Lei de Inovação Tecnológica, que tratou de incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.
- Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que introduziu as normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da administração pública.
- Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que criou o Programa Universidade para Todos (PROUNI).
- Decreto Presidencial nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que normatizou a educação à distância.
- Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

A POLÍTICA DO PROUNI COMO MEIO DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Nos aprofundando um pouco mais nessa temática, através de um levantamento bibliográfico, alguns dados referentes às instituições que oferecem educação superior começaram a surgir. A partir do estudo desses dados é nítida a superioridade do número de instituições privadas em relação às instituições públicas. Em 2013, esses totais representam: 87,5% de instituições privadas, 12,5% públicas (municipais, estaduais e federais)⁴. Após esta

4 Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf (acessado em: 10/07/2015).

análise é possível uma percepção da grande diferença entre os números de instituições. Uma possível justificativa para esta discrepante diferença quantitativa entre as Universidades públicas e privadas, se deve à criação de um programa do governo Lula, o PROUNI (Programa Universidade para Todos).

O sistema educacional brasileiro tem como uma das suas principais características a exclusão, que de fato afeta as classes menos favorecidas. As consequências dessa exclusão histórica não atingem apenas aos próprios sujeitos excluídos, mas toda estrutura social do país, isso inclui não só o âmbito econômico como também sociocultural. Devido a esses fatores, foi pensada uma forma de dirimir essa exclusão, com a crescente demanda de jovens se formando no ensino médio e não tendo espaços nas Universidades públicas, foi pensada uma medida emergencial para remediar esses fatores. Com a criação do PROUNI os jovens com baixa renda que, anteriormente, não tinham a possibilidade de cursar uma faculdade tiveram suas possibilidades ampliadas.

Mesmo com toda a discussão acerca da privatização, é notória a presença de um fator relevante em relação à oportunidade de ingresso em uma instituição de ensino superior. Muitos dos nossos jovens teriam pouquíssimas chances de acesso e permanência em espaços de educação superior, sendo o programa um meio para se obter além de um diploma, inserção no mercado de trabalho, na sociedade e melhoria de vida.

Ressalta-se que o PROUNI faz parte do projeto de Reforma Universitária brasileira, aumentando o acesso as Universidades, bem como ofertando, e conseqüentemente, trazendo grandes benefícios as Instituições de Educação Superior privadas (IES). Nesse sentido o PROUNI objetiva cumprir o estabelecido como meta no Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014), que seria justamente o de aumentar quantitativamente o ingresso de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (Lei nº 13.005/2014).⁵

CONCLUSÃO

Percebemos que logo nos primeiros anos do ciclo de governo do Presidente Lula, buscou-se construir mecanismos para políticas públicas de caráter mais participativo pelos sujeitos das políticas. Enxergando a educação como um dos direitos fundamentais para os sujeitos jovens podemos perceber diversos avanços na garantia de acesso a cada vez mais ampliados níveis de ensino, ao mesmo tempo, ampliando os desafios para a garantia de direitos cada vez mais extensos. Buscamos assim evidenciar ao longo deste artigo o PROUNI

⁵ Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso: 14/07/2015.

como uma política que amplia o campo de possibilidades de acesso ao ensino superior para os jovens brasileiros. O Programa Universidade para Todos possibilitou uma democratização no acesso ao ensino superior, a uma parcela da que não conseguia habitar essa faixa de ensino. Há de se considerar que o programa possui inúmeras críticas, e essa democratização foi realizada com parcerias privadas, possibilitando o acesso a universidades particulares, muitas vezes de qualidade inferior à de universidades públicas. No entanto, esses jovens que antes não almejavam sua entrada na universidade, devido as inúmeras dificuldades de deslocamento, falta de vagas, horários incompatíveis nas universidades públicas, finalmente estão tendo a possibilidade de vivenciar essa experiência. No que tange aos benefícios a nossa juventude, o PROUNI vem cumprindo um papel importantíssimo ao longo desses 10 anos de existência.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Helena Wendel, **Condição juvenil no Brasil contemporâneo**. In: Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional / [Org.] ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ARANHA, Maria Lúcia de A. História da Educação. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A Juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. Pag. 112-121.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____. Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html> (acessado em: 10/07/2015).

_____. Lei nº 11.096/2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula. A educação superior no Brasil e as tendências das políticas de ampliação do acesso. Atos de pesquisa em educação - PPG/ME FURB, v. 2, n. 3, p. 414-429, set./dez. 2007.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Org.). **Juventudes: Outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2009.

MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: ARIOVICH, L. et al. **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblos, 2000.

NOVAES, Regina Reyes. Políticas públicas de Juventude no Brasil. In: Brasil, Secretaria Nacional de Juventude, **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude** /organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014.

SURUAGY, A. de Figueiredo. E. **Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história. Universidade Federal de Goiás- Ano VII, nº 2, dezembro de 2005.**

TEIXEIRA, Anísio. Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.